



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo

**Os saberes e fazeres das mulheres das águas:**  
Práticas tradicionais de saúde vivenciadas na Comunidade Pesqueira e Quilombola  
Conceição de Salinas/BA



Brasília/DF  
Outubro de 2022

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo

**Os saberes e fazeres das mulheres das águas:**  
Práticas tradicionais de saúde vivenciadas na Comunidade Pesqueira e Quilombola  
Conceição de Salinas/BA

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientadoras: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sílvia Maria Ferreira Guimarães e Mestra Elionice Conceição Sacramento.

Brasília/DF  
Outubro de 2022

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo

**Os saberes e fazeres das mulheres das águas:**  
Práticas tradicionais de saúde vivenciadas na Comunidade Pesqueira e Quilombola  
Conceição de Salinas/BA

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientadoras: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sílvia Maria Ferreira Guimarães e Mestra Elionice Conceição Sacramento.

Banca Examinadora

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sílvia Maria Ferreira Guimarães (PPGAS/DAN/UnB)

Mestra Elionice Conceição Sacramento (MESPT/CDS/UnB)

Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Saulo Pequeno Nogueira Florencio (NEAD/UniCEUB)

*Às mais velhas de Conceição de Salinas,  
Aos pescadores/as e marisqueiras  
do Recôncavo e desse Brasil a fora,  
À Martinho Pescador,  
À minha avó,  
amante-admiradora do mangue,  
do mar, da lua  
e das águas.*

## AGRADECIMENTOS

Como minha avó muito bem me ensinou, primeiro agradeço a Deus, mas também aos inquices, voduns e orixás, às entidades e aos encantados – todos eles. Agradeço à Martinho Pescador, por sua benção e proteção, que me ajudaram a exercer minha fé e a confiar no poder das águas. Eu adorei as almas, eu adorei as águas.

Agradeço às águas da ancestralidade, pelos encontros proporcionados, sabedoria e orientações.

À minha avó Maria Leda, de quem herdo e orgulhosamente carrego o primeiro nome. Obrigada por botar fé minha avó, acreditar em mim e sonhar junto comigo! Obrigada pelo colo, carinho e cuidados de sempre. Obrigada por tudo que você sempre fez por nossa família. Obrigada por nunca deixar de contar suas histórias e nos ensinar a ouvir-las tão bem. Obrigada por nos ensinar, desde muito cedo, a dar o devido valor aos mais velhos e ao que eles tanto têm a nos ensinar.

À família Cardozo Teixeira, que é filha do mar e não adianta. Do Porto do Manguê, Macau e Imburanas pro mundo!

Aos meus pais, Gardênia e Sebastião, por tudo. À minha mãe, que já digo senhora, para sempre menina da pilha do sal. Obrigada minha mãe, por mesmo muitas vezes não entendendo minha cabeça, sempre ter buscado entender o meu coração. Ao meu pai, menino da Ilha, preto velho sabido, das causas de seu povo, das necessidades da nossa gente. Você nos ensinou muito bem! E que seu caboclo siga te acompanhando, Okê Tião!

Às minhas irmãs e irmãos, Sérgio, Marcelise, Júnior, João e Annelise, generosa foi a vida em me presentear com vocês cinco! Tenho muito orgulho de crescer ao lado de vocês, de quem vocês são e estão se tornando.

Às amizades-amores, vocês sabem quem são... Nessa reta final, agradeço especialmente à anabi, Babi, Bela, Clara, Gab, Isadora, Soso e Vic, pela simples presença e preocupação. Por todos os conselhos e escuta, sempre atenta e afetuosa, sem pressa e com tempo. Obrigada por me permitirem crescer tão perto de seus preciosos e artísticos cotidianos – e por sempre me levarem para passear. Se algum dia eu conseguir cantar bonito, muito terá sido por causa de vocês!

Ao pessoal da Casa de Oração, à diretoria e aos macumbeiros mirins, pelos sábados e madrugadas adentro, emendadas nos nossos fartos almoços de domingo. Obrigada pelo apoio, acolhimento e todo o carinho de sempre.

À Meire, Nete, Cinara, Tia Magrela, Dona Edna, Teta, Gracinha, Lene, Lúvia, Vânia, Mira, Dona Diva, Alices, Dona Neide, Dona Lisa, Lúcia e todas as mulheres negras que já cruzaram e continuam cruzando meus caminhos. Minhas mães, tias, irmãs e avós de sangue e de consideração, que são fonte de amor e afeto, meus maiores exemplos e incentivo em todas as horas de todos os santos dias.

Às águas, às serendipidades da Bahia e a todos os envolvidos nelas.

À Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, em especial às mais velhas, Dona Zinha, Dona Barbinha, Dona Raimunda, Dona Vené, Dona Vanília, Lucinea, Valdete, Irá, Péra e Rita, principais interlocutoras e protagonistas desse trabalho, também Seu Arlindo e professor Tonho, pelo tempo, troca, confiança e tamanho aprendizado que foi passar aqueles dias todos com vocês.

À família Conceição Sacramento, dos mais velhos aos “mais pequenos”. À União MAVÉ e seus agregados, pelo acolhimento, confiança, fartura, ensinamentos, todo o cuidado e carinho que atravessaram nossos dias de cidade e de roça. Agradeço especialmente à Dona Zezé que, mesmo sendo mulher de poucas palavras, conseguiu me dizer um bocado. Prometo à senhora que da próxima vez que for à Conceição meu balde passará de meio!

Às parcerias baianas antroagroecológicas. Primeiro à Zane, pela ponte, pelas sementes plantadas em minha cabeça e por todas as generosidades que se seguiram deste plantio. À Edielso, companheiro amiguelo, pela parceria e todas as provocações. À Manu, irmã gêmea que me acolheu em Salvador, pelo cuidado e lembrança de que música é necessidade. E agradeço a Deus por mais um dia!

Aos amigos e amigas do Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca, sou eternamente grata por nossos cafés à distância nas manhãs de sábado, por tamanho amadurecimento e aprendizado, fruto de nosso trabalho coletivo.

Ao Edu, por toda a ajuda, incentivo e simultaneidade. E quem diria! O futuro do mundo está no mato!

Aos colegas, amigos e amigas das Ciências Sociais, pelos inesquecíveis cinco anos de graduação, pelas provocações, valiosos conselhos e recorrente lembrete de que não precisamos fazer nada disso sozinhos.

Ao pessoal do Grupo Calundu – e nossas longas discussões de terças a noite – e ao Laboratório MATULA, que inspiraram, em grandíssima medida, as discussões presentes neste trabalho.

Ao e às funcionárias do Instituto de Ciências Sociais e do Departamento de Antropologia, Paulo, Rosa e Thais.

Às professoras e professores, fundamentais na trajetória firmada ao longo dos últimos anos. Em especial, agradeço ao professor Henyo, pelo encorajamento naquela manhã de março, que seja o giro de 180°!

Ao professor Saulo, por ter aceitado o convite para compor a banca, pela sensibilidade na leitura e generosas contribuições para este trabalho.

Às minhas orientadoras, Sílvia Guimarães e Elionice Conceição Sacramento, por aceitarem a orientação, pelos direcionamentos, aprendizados, experiência e, sobretudo, pela confiança.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender as diferentes maneiras de como são efetivadas a saúde e o cuidado com as pessoas e com o território a partir da agência das mulheres quilombolas da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA. Enfatizando a territorialidade de Conceição de Salinas enquanto um território de Terra e Águas, apontamos para a relevância dos saberes e práticas tradicionais e as continuidades dos modos de viver do quilombo pesqueiro, entendendo como esses saberes-fazerem são práticas ancestrais que contribuem fortemente para a saúde e bem-estar da população quilombola. Argumentamos de que forma as ameaças do capital – como empreendimentos imobiliários e loteamento ilegal, acrescidos do desmatamento e poluição de espaços de uso coletivo – põem em risco a continuidade dos saberes-fazerem tradicionais de saúde pesqueiros e quilombolas. Concluimos que a garantia do direito ao território proporciona a continuidade dos saberes-fazerem tradicionais de saúde, bem como o bem-estar e a manutenção da vida no quilombo.

**Palavras-chave:** Saberes e práticas tradicionais. Recôncavo Baiano. Comunidade Pesqueira. Comunidade Quilombola. Conceição de Salinas.



## ABSTRACT

This paper seeks to understand the different ways in which health and care for people and territory are effected from the agency of quilombola women from the Fishing and Quilombola Community Conceição de Salinas/BA. Emphasizing the territoriality of Conceição de Salinas as a territory of Land and Waters, we point to the relevance of traditional knowledge and practices and the continuities of the ways of life of the fishing quilombo, understanding how these know-how are ancestral practices that strongly contribute to the health and well-being of the quilombola population. We argue how threats from capital - such as real estate development and illegal subdivision, plus deforestation and pollution of spaces of collective use - endanger the continuity of traditional fishing and quilombola health know-how. We conclude that the guarantee of the right to territory provides the continuity of traditional health know-how, as well as the well-being and maintenance of life in the quilombo.

**Key-words:** Traditional knowledge and practices. Recôncavo Baiano. Fishing Community. Quilombola Community. Conceição de Salinas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## FIGURAS

**Figura 01** – Auditório no primeiro dia de Audiência Pública

**Figura 02** – Edielso Barbosa, liderança do Quilombo do Guai e Elionice Conceição Sacramento, do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas

**Figura 03** – Capa e verso do Relatório Técnico da visita ao Território tradicionalmente ocupado pela Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas – Salinas da Margarida (BA)

**Figura 04** – Mapa da Terra tradicionalmente ocupada pela Comunidade Quilombola Pesqueira Conceição de Salinas

**Figura 05** – Orla de Conceição de Salinas vista do Gravatá

**Figura 06** – Os fiscais da praia no preparo de suas redes de pesca

**Figura 07** – A volta para casa das marisqueiras

**Figura 08** – Mulheres da Raça de Filomena

**Figura 09** – Varal de Santos

**Figura 10** – Dona Vené em seu quintal

**Figura 11** – Vista da roça para a Baía de Todos os Santos

## TABELAS

**Tabela 01** – Plantas e Usos

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AATR – Associação dos Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANP – Articulação Nacional das Pescadoras

ANQ – Articulação Nacional de Quilombos

APACS – Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas

BTS – Baía de Todos os Santos

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DAN – Departamento de Antropologia

DPE/BA – Defensoria Pública da Bahia

DPU – Defensoria Pública da União

FD – Faculdade de Direito

IAT – Instituto Anísio Teixeira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPF – Ministério Público Federal

MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>14</b>
<b>I – Territórios de Terra e de Águas</b>	<b>21</b>
1.1 – Dias de Audiência	22
1.2 – O que é o quilombo hoje?	30
1.3 – Vidas Quilombolas Importam	35
<b>II – Conceição de Salinas: um braço da Baía de Todos os Santos</b>	<b>39</b>
2.1 – O caminho das águas	39
2.2 – Um quilombo pesqueiro	40
2.3 – Filhas de Conceição	46
<b>III – Os saberes e fazeres das mulheres das águas</b>	<b>50</b>
3.1 – Os saberes-fazeres	50
3.2 – “É bonita a fé do povo”	55
3.2.1 – A senhora me reza?	59
3.2.2 – “A vida do pessoal aqui era na base do ‘se Deus quiser’”	63
3.2.3 – Plantas de casa, santas do mato	69
3.3 – “Sem folha não tem Orixá”	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>88</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“E quando a viola gemer nas mãos do seresteiro  
na rua trepidante da cidade mais agitada,  
não tenhas, moça, um minuto de indecisão.  
Atende ao chamado e vem.  
A Bahia te espera para sua festa cotidiana”*

*Jorge Amado – “Convite”  
Bahia de Todos os Santos*

Antes de dar início ao trabalho, peço licença às mais velhas e mais velhos, as “mais pequenas” e “mais pequenos”, como o pessoal já diz na casa de Dona Zezé: “tudo são os mais pequenos”. Nas semanas em que estive em Conceição de Salinas, eu também fui uma das “mais pequenas” na Casa de Mãe, a “casa de todo mundo” na Rua do Fogo, herdada pela matriarca Dona Zezé de sua avó Eliza. Dona Zezé é a senhora que está na capa deste trabalho e é a quem, por vez ou outra, faço referência. Marisqueira, mãe de Bete, Del, Ninho, Firo, Lene, Mira, Vânia e Elionice, a União MAVE, a senhora de 73 anos é filha da Terra e uma das “mais antigas” da Conceição de Salinas.

Este trabalho, para além de perpassar pela ancestralidade pesqueira e quilombola das matriarcas de Conceição, perpassa por minha própria ancestralidade, que também vem das águas. Minha avó Maria Leda, filha de pescador, nasceu em Canto do Mangue, no antigo município de Assú/RN. Hoje, a região é conhecida como Porto do Mangue/RN. Cresci ouvindo minha avó contando suas aventuras na antiga vila de pescadores. Mesmo sem a permissão de seu pai, que dizia “não querer aquilo para ela” pois queria que a filha se dedicasse aos estudos, era na companhia de seus primos e primas que, escondida, catava búzios, sururu, pegava caranguejo no buraco e tratava do peixe nos armazéns.

Em campo, quando dava notícias a ela, por vezes gravava áudios e mandava algumas fotos. As fotos emocionavam minha avó, que dizia se sentir voltando no tempo. Ao longo do campo, ela passou a me contar algumas de suas aventuras novamente, algumas que eu, mesmo já tendo ouvido tantas vezes, passei a ouvir de outra maneira.

São as nossas raízes Maria, quero que você aprenda e conheça, pra você ter noção como foi a vida de vovó. Você vai aprender muitas coisas que sua avó viveu. Não tenha medo do mar! Aprenda, eu lhe conheço, você não é diferente de vovó não, raiz é raiz. Não tenha medo do mar! (Dona Leda, 12 de junho de 2022).

Foi ao meio dia de uma segunda-feira que pisei em Salvador pela primeira vez. Era dia 06 de junho de 2022 e, por coincidência ou não, também era o dia do aniversário de Elionice Conceição Sacramento, a “mais pequena” dos oito filhos de Dona Zezé. Elionice, a quem também recorrentemente me refiro neste trabalho, se autodefine enquanto uma pescadora e quilombola, mestra do saber, intelectual e militante de Conceição de Salinas. No dia de seu aniversário, Elionice ainda estava no território, mas estávamos de encontro marcado para o dia seguinte, em que ela sairia de Conceição de Salinas para a capital, para cumprir uma série de compromissos do Movimento<sup>1</sup>, dentre eles, uma audiência pública, da qual irei relatar logo menos no primeiro capítulo deste trabalho.

Era inverno na Bahia, o que significa dizer que chovia e fazia frio, mas também éramos agraciados com alguns dias de sol. Ainda no desembarque, comecei a sentir a umidade da cidade litorânea no rosto, o que é uma sensação estranha para qualquer pessoa acostumada com a lonjura do mar e a secura que caracterizam o clima brasileiro. Saí do aeroporto e segui para pegar o *transfer* que me deixaria na Estação Aeroporto, para que de metrô eu seguisse atravessando a cidade. Meu destino era a casa de Manu, amiga de Elionice, que me acolheu durante aquela semana em Salvador.

Ao todo, estive em campo dos dias 06 de junho a 04 de julho de 2022. Das quatro semanas na Bahia, passei apenas a primeira em Salvador. Nas demais, com exceção apenas do último dia, em que já estávamos de volta à capital, passei na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, no município de Salinas da Margarida, “um braço da Baía de Todos os Santos”, como Elionice uma vez descreveu a mim. Era uma viagem de primeiras vezes. Primeira vez na Bahia, na capital baiana, em um território quilombola, em um *ferryboat*. Como marinheira de primeira viagem, precisei aprender a confiar e a me deixar ser guiada pelo ritmo dos ventos e das águas. Eu adorei as águas.

Gosto de pensar que o trabalho que se seguirá é fruto de algumas serendipidades. Essa palavra, a qual fui apresentada pela escritora mineira **Ana Maria Gonçalves** (2020), autora do romance histórico *Um Defeito de Cor*, acabou por se tornar uma de minhas favoritas, assim como, inevitavelmente, também se tornou o seu romance. *Serendipidade* é quando estamos procurando por uma coisa, mas acabamos por nos deparar com outra, que é até melhor do aquela primeira que estávamos procurando, contudo, temos que estar suficientemente atentos às peças do destino para percebê-la à nossa frente. Portanto, é preciso

---

<sup>1</sup> Com Movimento, me refiro à militância dos movimentos de pescadores e pescadoras e quilombolas.

estar atento, pois são as mentes bem preparadas que saberão identificar o exato momento de serendipidade (GONÇALVES, Ana Maria. 2020).

O romance narra oito décadas de vida de Kehinde, uma africana trazida escravizada para o Brasil, que primeiro desembarca na Ilha de Itaparica. A narrativa do livro perpassa pela história de um Brasil e de uma Bahia do século XIX, em que nos são relatadas a chegada de navios negreiros, as pescas de baleia na Ilha de Itaparica, dentre outras narrativas que perpassam também a deste trabalho. Li o romance ao longo do segundo semestre do primeiro ano da pandemia, o que me inquietou ainda mais com minha vontade de conhecer a Bahia. Enquanto lia, sonhava com o que imaginava da Bahia, com minha chegada a cidade de Salvador e com a travessia da Baía de Todos os Santos, em direção a Ilha de Itaparica, lugares esses tantas vezes narrados pela personagem principal.

O tempo se passou e era chegada a hora de dar início ao projeto de monografia de conclusão de curso. Em junho de 2021, eu estava me organizando para encontrar um professor/a orientador/a. A ideia inicial eu já tinha, queria dar continuidade ao tema que havia iniciado no PIBIC<sup>2</sup>, sobre saberes e práticas tradicionais voltadas para a saúde, que iniciei ao lado do professor Carlos Alexandre, professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB), em um projeto intitulado “As alteridades querem vozes”. Inserida nesse projeto, tive a oportunidade de realizar meu primeiro trabalho de campo, que se deu no bairro em que meu pai nasceu, o Maracanã, um bairro negro na zona rural de São Luís do Maranhão, fortemente conhecido por sua brincadeira de bumba-boi e a tradicional Festa da Juçara.

Esse projeto, para além de mapear os saberes e práticas tradicionais de saúde locais, buscava verificar a existência daqueles que também exerciam esses saberes, ou seja, benzedeiros, rezadeiras, parteiras, curandeiros, raizeiros, dentre outros mestres e mestras do saber. Naquele momento, a partir dessa verificação, julguei interessante, para além de compreender seus modos de fazer, conhecer suas histórias de vida, entendendo que essas histórias e narrativas poderiam em muito me indicar, tanto as origens de seus ofícios, quanto os eventos ocorridos naquela localidade, os impactos que esses geram em suas vidas e como a comunidade se reinventava a partir deles.

Tendo isso em mente, já como extensionista voluntária do Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca<sup>3</sup>, passei a refletir sobre a escassez de estudos feitos sobre quilombos.

---

<sup>2</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

<sup>3</sup> O Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca (CDQIF) é um projeto de extensão ligado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB). Idealizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o projeto tem como o principal objetivo elaborar um



Assim, entrei em contato com alguns colegas veteranos, dentre eles, Zane do Nascimento. Foi por meio do seu *Instagram* de leitura, o @leitora.77, que começamos a dialogar. Escrevi a Zane dizendo que gostaria de conversar sobre possíveis orientações, se ela poderia me ajudar na escolha de um/a orientador/a para o suposto tema de pesquisa. Após conversarmos bastante e compartilharmos nossas impressões, Zane disse ter essa amiga querida chamada Elionice, a Leo, que morava nessa comunidade pesqueira e quilombola que vinha sendo ameaçada durante a pandemia pelas forças do capital. Dali alguns dias, o quilombo teria uma audiência com a Associação dos Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR) para denunciar o que estava acontecendo no território. Assim, Zane me perguntou se gostaria de participar da audiência que aconteceria ainda naquela semana de junho. Afirmado meu interesse, Zane conversou com Elionice, que consentiu minha participação e compartilhou o *link* da reunião comigo.

Nesse meio tempo, entre a audiência, o começo do semestre da UnB em que escreveria o projeto de pesquisa, entrei no grupo de pesquisa do Laboratório Matula e no projeto de extensão sobre “Terapeutas Populares e o cuidado com as pessoas e o Cerrado”. A intenção do projeto era de dialogar com raizeiras, parteiras e benzedeiros formadas na experiência da vida com uma ciência que traz o conhecimento sobre plantas, corporalidades e terapêuticas. Pretendíamos aprofundar na compreensão da sociocosmologia dos praticantes desses sistemas médicos populares, os processos terapêuticos, a rede de sociabilidade onde se inserem e seus modos de percepção do corpo, sua noção de bem-estar e de adoecimento. Além disso, buscamos analisar a criação de práticas terapêuticas localizadas com um vínculo entre o território e os biomas que se configuram nas paisagens. Essas dimensões apontavam para algo que poderia dialogar em Conceição.

Devido a alguns trabalhos realizados a respeito da comunidade pesqueira e quilombola, já se tinha ciência de que a existência de rezadeiras e mestres/as do saber voltados para a saúde e bem-estar da população era verificado. Dessa forma, já em diálogo com Elionice Conceição Sacramento, me restava escrever o projeto e apresentá-lo para a comunidade, na intenção de que fosse aprovado conjuntamente em assembleia pela Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas (APACS). Após um primeiro contato, além do projeto, escrevi uma carta de apresentação, indicando quem eu era e minhas pretensões com a pesquisa. Por meio de votação em assembleia, em maio de 2022, me foi concedida permissão para adentrar o território, atentando para as

---

repositório institucional com registros da história dos movimentos quilombolas e suas diferentes atuações sociais, políticas e jurídicas no atual marco constitucional.

normas sanitárias de enfrentamento à Covid-19. Assim, encorajada por Elionice, “Que os bons ventos lhe tragam”, faltando apenas alguns dias para completar um ano daquela minha primeira conversa com Zane e quase dois de quando comecei a leitura de *Um Defeito de Cor*, me vi na Bahia.

### **O tema**

A partir de reflexões a respeito do contexto etnoracial, regional e de gênero das mulheres quilombolas, surge a necessidade em compreender e identificar as percepções sobre o cuidado com a terra, com as plantas e demais recursos do território sob uma perspectiva cosmológica feminina. A relevância da pesquisa se insere na escassez de literatura produzida a respeito da relação entre as mulheres quilombolas, suas especificidades e sua relação com os saberes e práticas tradicionais de saúde, seus modos de fazer e curar, seus vínculos com a natureza e seus recursos.

A pertinência deste debate se insere na ascensão dos interesses de pesquisa em diálogo e em troca com os povos tradicionais e originários, possibilitando discussões e denúncias dessas realidades. Nesse sentido, acredito que destinar espaço para essas narrativas de dentro da academia proporciona um diálogo entre a universidade, a comunidade acadêmica e essas populações. Ao atentar-se às colocações das comunidades tradicionais, iniciativas que em sua agenda priorizam as demandas específicas dessas comunidades, são uma forma de apoiar as lutas dos povos tradicionais e originários, viabilizando recursos para, inclusive, o ingresso de integrantes desses grupos às universidades.

Neste trabalho, apresento algumas das práticas e saberes tradicionais realizadas no cotidiano da comunidade por essas mulheres e sua relevância para o bem-estar do Quilombo Conceição; bem como suas trajetórias enquanto integrantes mais velhas da comunidade, mestras do saber e detentoras desse conhecimento tradicional, suas estratégias de promoção à saúde e as redes de cuidado que são acionadas na comunidade por essas mulheres. Argumento de que forma as ameaças do capital – como empreendimentos imobiliários e loteamento ilegal, acrescidos do desmatamento e poluição de espaços de uso coletivo – põem em risco a continuidade dos saberes/fazeres quilombolas, destacando àqueles voltados para os rituais e práticas tradicionais de saúde, a fim de afirmar o território tradicional de Conceição a partir da ótica das práticas de saúde ancestrais que são realizadas no território e que dependem de seus recursos naturais para continuar.

Visando isso, esse trabalho tem como objetivo geral compreender as diferentes maneiras de como se é efetivada a saúde e o cuidado com as pessoas e com o território a partir da agência das mulheres pesqueiras e quilombolas da comunidade de Conceição de Salinas/BA em seu cotidiano. Enfatizando a especificidade da territorialidade quilombola de Conceição, enquanto um território de Terra e Águas busco, a partir da minha experiência em campo, construir uma narrativa que aponte para a relevância dos saberes e práticas tradicionais e as continuidades de seus modos de viver, entendendo como esses saberes-fazerem são práticas ancestrais que contribuem fortemente para a saúde e bem-estar da população quilombola.

### **Caminhos Metodológicos**

Visando apreender as diferentes maneiras que os conhecimentos tradicionais e medicinas populares atravessam a realidade da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA por um caráter etnográfico e descritivo para a realização da pesquisa, busquei realizar o levantamento de dados por meio de técnicas tradicionais de investigação antropológica. Entrevistas (estruturadas e semi-estruturadas) com o uso de gravador, a fim de compreender a realidade vivenciada no cotidiano da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA. Também, a partir de observação direta por meio do trabalho de campo e convívio diário, atenta às histórias orais e conversas informais com e entre as interlocutoras – mulheres que usufruem das práticas tradicionais e as terapeutas populares e lideranças da comunidade – e participação em eventos culturais, políticos e religiosos.

O trabalho proposto perpassa por observação e pesquisa participante (BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2007.), em que, por meio desta, o/a pesquisador/a busca conviver e se familiarizar com o cotidiano da realidade estudada, uma vez que se propõe a construir um trabalho em parceria com a Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, comprometida social e politicamente e voltada para o território ancestral em questão.

Assim, passei a conversar com essas mulheres a partir de um primeiro mapeamento feito por mulheres da coordenação ampliada da Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas (APACS) a mim. À medida em que eu ia conversando com as pessoas, tanto em entrevistas, quanto no dia a dia da comunidade, outras pessoas de referência na própria comunidade foram me indicando quem seriam as pessoas entrevistadas. Dessa forma, destaca-se o quilombo Conceição como sujeito ativo desse trabalho, que além

de ser sobre quem escrevemos, teve participação comunitária na feitura do trabalho. As indicações das filhas e filhos da Terra foram fundamentais para a feitura do trabalho. Elionice saiu de cena, passa a dedicar-se mais às tarefas da roça e da maré, de forma que me deixa a interagir com o quilombo Conceição, estratégia quilombola que me permitiu uma certa autonomia em campo.

Formalmente, ao todo foram entrevistadas 15 pessoas, sendo 13 mulheres e 02 homens; algumas dessas conversas foram retomadas posteriormente.

### **A escrita e a estrutura**

Tive o cuidado de a escrita do trabalho se dá escrevendo o nome completo das autoras, sem abreviação de seus primeiros nomes, quando são citadas aparecem pela primeira vez, na intenção de identificar o gênero das autoras. Também, enfatizo os autores negros destacando seus nomes em negrito, quando citados pela primeira vez.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, “Territórios de Terra e de Águas”, busco fazer uma contextualização dos territórios tradicionais de terra e de águas a partir de uma análise de evento. A partir disso, realizo uma breve revisão histórica acerca da realidade das comunidades quilombolas no Brasil, finalizando o capítulo com uma discussão acerca de saúde quilombola e seus desafios ao longo da pandemia da Covid-19. No segundo capítulo, “Conceição de Salinas: um braço da Baía de Todos os Santos”, apresento a Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas e as filhas de Conceição. No terceiro e último capítulo, “Os saberes e fazeres das mulheres das águas”, apresento os dados do campo acerca dos saberes e práticas tradicionais de saúde, contextualizando-os em uma discussão de apagamento epistêmico, em contraponto com os saberes médico-científicos. Por fim, nas considerações finais retomo as discussões apresentadas no decorrer do trabalho.

Espero que Conceição aprove nosso trabalho e que não tenhamos inventado nada fora de propósito.

**VIDAS QUILOMBOLAS IMPORTAM!**

## I – Territórios de Terra e de Águas

*Ser Pescadora, ser Quilombola  
é não esquecer daqueles que fizeram a história  
A vida é um livro, eu não viro a folha  
se é pra esquecer daqueles que fizeram a história  
Ser Pescador, ser Pescadora  
é não esquecer daqueles que fizeram a história*

*Pingo – Maré de Lua<sup>4</sup> 🎵*

Neste primeiro capítulo, optamos por dar início a discussão por meio de análise de um evento que julgamos pertinente por expor a realidade enfrentada pelas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas das regiões do Recôncavo Baiano e da Baía de Todos os Santos (BTS). O evento se trata de uma audiência pública, que foi realizada nas manhãs dos dias 08 e 09 de junho de 2022, em Salvador/BA, ainda na primeira das quatro semanas que estive na Bahia. Feita a apresentação do evento, seguimos expondo o contexto em que essas comunidades estão inseridas, bem como os desafios em comum por elas enfrentados enquanto populações tradicionais que residem em territórios de terra e de águas.

A partir da exposição, especificamos alguns dos conflitos enfrentados pela Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, sujeita deste trabalho. Por fim, realizamos uma breve retrospectiva acerca da luta quilombola no Brasil, com foco especial na saúde quilombola, abrangendo a discussão para os desdobramentos que a pandemia da Covid-19 trouxe para os quilombos, as estratégias de enfrentamento quilombolas autônomas encontradas. Assim, dedicamos a narrativa deste capítulo-abertura aos primeiros encontros com os territórios da Bahia, de Salvador, do Recôncavo Baiano e do quilombo pesqueiro de Conceição de Salinas que, ao contrário de minha pouca idade, suas existências passam séculos.

---

<sup>4</sup> “Maré de Lua” tem autoria do poeta e MC André Luiz (Pingo), pescador quilombola integrante da coordenação da Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas (APACS).

## 1.1 – Dias de Audiência

Nas manhãs dos dias 08 e 09 de junho de 2022, comparecemos, presencialmente, à audiência pública convocada<sup>5</sup> pelo Ministério Público Federal (MPF). A audiência visava discutir alguns dos desafios enfrentados pelas comunidades pesqueiras e quilombolas da Bahia quanto ao seu acesso às políticas públicas, proteção e garantia de seus direitos, dentre estes, primordialmente, ao território. Como sinalizado por Elionice, o reencontro proporcionado pela audiência foi visto pelas lideranças e representantes dos povos tradicionais enquanto possibilidade de rearticulação das comunidades e suas lutas, pois, em virtude da pandemia, alguns compromissos comuns às suas agendas políticas haviam sido interrompidos.

Realizada no Instituto Anísio Teixeira (IAT), localizado no bairro de São Marcos, na cidade de Salvador, o encontro propunha discutir duas pautas principais, que foram distribuídas de tal maneira que cada uma dispôs do tempo de um dia de audiência. A primeira pauta tratava de certificar a consulta prévia, livre e informada – bem como a garantia de diálogo e envolvimento legítimos das comunidades tradicionais, pesqueiras e quilombolas, da Bahia – quanto às atividades realizadas em seus territórios, como obras, projetos e empreendimentos. A segunda pauta dispunha de uma apresentação, por parte dos órgãos públicos designados, de um cronograma que previa o passo a passo burocrático que deveria ser seguido por esses, a fim de regularizar e titularizar os territórios tradicionais (BRASIL, 2022).

Visando a assegurar a proteção e regularização dos territórios tradicionais da Bahia, foram convocados representantes de órgãos públicos responsáveis pela gestão das políticas que lhes cabiam. No primeiro dia (08/06), para debater a demanda por consulta prévia, livre e informada, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) foi convocado. No segundo dia (09/06), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ficaram encarregados pela apresentação do cronograma de regularização dos territórios. Além de gestores dos órgãos, também se fizeram presentes lideranças e representantes das comunidades pesqueiras e quilombolas baianas. Ao final do segundo e último dia de audiência, esperava-se como encaminhamento que os representantes e gestores dos órgãos tanto explanassem, quanto se incumbissem de seu compromisso em assegurar os direitos das comunidades tradicionais da Bahia.

---

<sup>5</sup> A audiência foi convocada pelo Edital de Convocação de Audiências Públicas nº 001/2022, de processo administrativo número nº 1.14.000.002488/2021-00. Esse documento encontra-se disponível no site da MPF/BA e pode ser acessado via link: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>.

Em ambos os dias, a audiência teve à sua frente a mediação de procurador e procuradora regionais do direito ao cidadão, a procuradora Marília Siqueira da Costa e o procurador Ramiro Rockenbach, que estava recém retornado à Bahia após alguns anos fora do estado. A fama do procurador entre os representantes tradicionais era de que estava “com muita vontade de trabalhar”. A audiência foi demandada por conjuntos do movimento ligados às pautas de povos e comunidades tradicionais, ribeirinhas, pesqueiras e quilombolas. Dentre esses movimentos, destacamos o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), a Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), a articulação da juventude e demais organizações, algumas autônomas – que não se afirmam ligadas aos movimentos – como o quilombo Rio dos Macacos. Também, destacamos a demanda dos encontros por parte das comunidades Conceição de Salinas, Graciosa e a própria Rio dos Macacos, que estavam tendo reuniões sistemáticas com o MPF devido ao agravamento de conflitos em seus territórios. Além disso, cabe ressaltar a articulação exercida pela antropóloga Sheila Brasileiro, que teve sua figura reconhecida em diferentes falas das representantes.

A audiência foi dividida da seguinte forma: com abertura às 8 hrs, abertura dos trabalhos dos procuradores, seguida da exposição dos órgãos públicos convidados pelo tempo de 30 minutos e, em seguida, a manifestação das e dos representantes das comunidades, que teriam, ao todo e todas juntas, uma hora e meia para se manifestar, por meio de inscrição de fala, foi-se decidido a divisão de tempo de fala para cada um. O encerramento dos trabalhos se dava a partir de uma “avaliação geral das contribuições”.

No primeiro dia, Leonardo Carneiro, diretor de regularização ambiental, era quem estava à frente da arguição proferida por parte do Inema. Nos trinta minutos de fala que lhe foram concedidos, o gestor buscou evidenciar como a existência de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)<sup>6</sup> aprovado - área delimitada para avaliar o impacto na comunidade seria fundamental. Terminada sua fala, as lideranças e representantes tiveram seu espaço. Pelo número de inscritos, foram concedidos cerca de 04 minutos para cada um. As falas dos representantes da comunidades e lideranças argumentavam para a falta de

---

<sup>6</sup> O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) consiste em um trabalho conduzido por um grupo técnico interdisciplinar, composto por agrônomos, cartógrafos, antropólogos, dentre outros especialistas. A produção deste relatório visa identificar e delimitar o território tradicional reivindicado e é uma das etapas obrigatórias requeridas pelo INCRA para titularização de um território quilombola. O relatório é composto, de maneira simplificada, por: relatório antropológico; planta e memorial descritivos do perímetro do território; cadastramentos das famílias quilombolas; levantamento fundiário; relatório agroambiental; análise da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais e parecer conclusivo da área técnica e jurídica do INCRA. Para mais, ver: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas\\_respostas.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf).

informação provida às comunidades, bem como a violação de seu território pelos empreendimentos, era refutada pelas lideranças das comunidades, haja vista que, como argumentado por essas lideranças, mesmo as comunidades que possuíam seus RTIDs, tem tido seu território invadido pelo empreendimento, sendo o caso, por exemplo, da comunidade quilombola do Guai, território do companheiro Edielso, a quem fui apresentada naquele dia.

Ao longo das falas, seguidas de aplausos e alguns hinos de guerra, algumas pessoas se aproximavam da mesa dos promotores; alguns, estendiam bandeiras, outros, apoiavam alimentos, como varas de cana-de-açúcar e cachos de banana verde. Todos se conheciam entre si. Na audiência, conheci personalidades e lideranças da região do recôncavo, da BTS e da Região Metropolitana de Salvador (RMS), como Lenira Calheiros, Nildo Bonfim, Crispiniana Barbosa, Edson Falcão, Joselita Gonçalves e Jorge Pescador Divino. Elionice e Vânia Conceição Sacramento levaram alguns exemplares do Relatório Técnico – que falarei sobre adiante –, a bandeira da Articulação das Mulheres Pescadoras (ANP) e também alguns exemplares do livro de Elionice, “Da Diáspora Negra ao Território de Terra e Águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA”.

Já no segundo dia (09/06), quem estava à frente da fala dos órgãos públicos do SPU foi Abelardo de Jesus Filho, superintendente e servidor de carreira do órgão. A apresentação do servidor contou com apresentação de cronograma e em que pé se encontravam algumas das situações das comunidades tradicionais da Bahia quanto aos seus processos demarcatórios e o plano de demarcação previsto pelo SPU. Tenho a impressão que, ao menos no início do evento, o auditório estava mais vazio, todavia, foi também o dia que a audiência terminou mais tarde.

Apesar da previsão de encerramento da audiência ao meio-dia, enfadonhamente, se prolongando até os inícios de tarde, o que nos salvou no segundo dia foi um cacau, nos ofertado por integrantes da comunidade Rio dos Macacos, que dividimos entre nós. Além do cacau, as lideranças da comunidade do Rio dos Macacos passaram a Elionice, Jorge, Edielso e Carolaine bananas, canas e demais frutos, para que eles levassem para a casa onde estavam alojados estudantes da Escola das Águas, em Salvador. Segundo lideranças das outras comunidades, o quilombo Rio dos Macacos têm se fortalecido a partir de sua autonomia financeira advinda de produção.

No segundo dia de audiência, tive a felicidade de encontrar com Emília Joana, colega do Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca. Nos últimos anos Emília tem pesquisado junto ao quilombo Rio dos Macacos, que é uma comunidade pesqueira e



quilombola de referência de luta do Recôncavo. Essa comunidade tem como característica seu território titularizado, todavia, apesar de ter seu território garantido, permanece sofrendo ameaças. Um dos representantes da comunidade de Rio dos Macacos estava presente na audiência e suas arguições se repetiam com as de seus colegas, nas semelhantes enfrentamentos encontrados pelas comunidades quilombolas na região do recôncavo.

**Figura 01** – Auditório no primeiro dia de Audiência Pública



Fonte: Autora, junho de 2022.

**Figura 02** – Edielso Barbosa, liderança do Quilombo do Guai e Elionice Conceição Sacramento, do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas



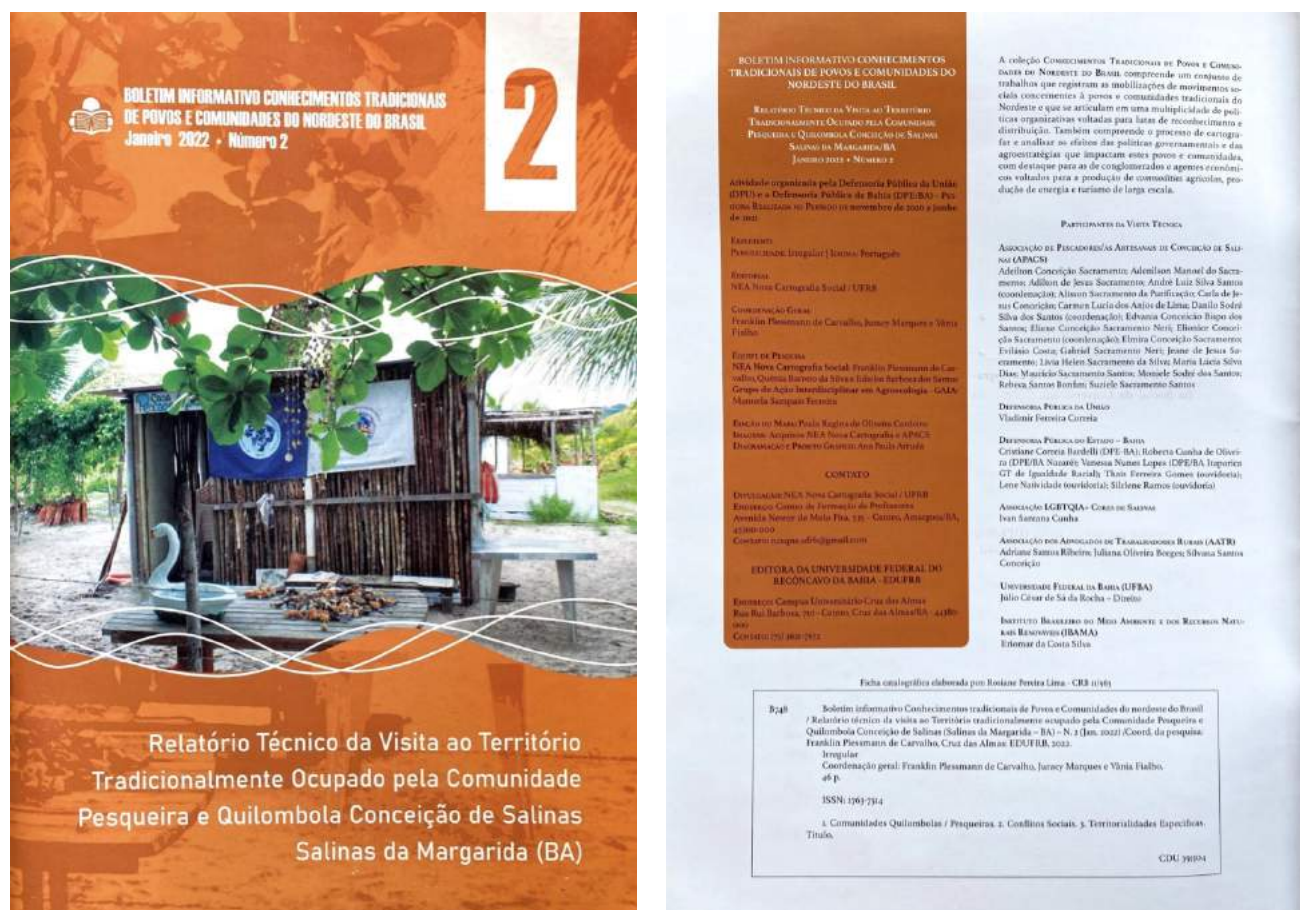
Fonte: Autora, junho de 2022.

Ainda no primeiro dia de audiência, fui apresentada a Rafaela Farias, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – que por sorte nossa e generosidade dela, nos prestou carona até o local da audiência – e a Franklin Plessmann de Carvalho, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social (NEA). Nesse primeiro encontro, foi difícil não reparar no esforço que Franklin fazia para carregar uma caixa de papelão cheia de revistas laranjas nos braços. Do lado de fora do auditório, em momento anterior ao início da audiência, entendi no entre conversas que o material havia sido impresso há pouco e ainda era inédito àqueles que haviam contribuído em sua feitura, como era o caso de Elionice, Edielso e Manu. Ao meu ver, todos eles expressavam satisfação com o resultado final das revistas.

Logo depois, quando já estávamos acomodados no auditório, Franklin se aproximou de Manu, que estava sentada ao meu lado, e lhe entregou algumas cópias da revista. Notei que ele já havia entregado algumas à Elionice, que prontamente já as distribuía entre os companheiros no entre cadeiras do auditório. Quando recebi minha cópia, consegui finalmente ler “Relatório Técnico da Visita ao Território Tradicionalmente Ocupado pela Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas – Salinas da Margarida (BA)”. E,

no verso da capa, lá estava o nome de Manu, de Elionice, Edielso, dentre tantos outros contribuintes que, mais tarde, também viria conhecer em Conceição.

**Figura 03** – Capa e verso do Relatório Técnico da visita ao Território tradicionalmente ocupado pela Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas (Salinas da Margarida – BA)



O Relatório<sup>7</sup>, publicado na edição de Janeiro de 2022 – Nº 02 do Boletim Informativo de Conhecimentos Tradicionais de Povos e Comunidades do Nordeste do Brasil, foi requerido pelo defensor público da União Vladimir Correia como produto da visita técnica<sup>8</sup> ao quilombo pesqueiro de Conceição de Salinas, em novembro de 2020. Buscando atender às demandas da comunidade, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública da Bahia (DPE/BA) articularam a visita, que percorreu lugares como o Parque das Margaridas, o

<sup>7</sup> Ressalto que o referido documento não corresponde ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

<sup>8</sup> “SALINAS DA MARGARIDA – Em articulação com outras entidades, Defensoria faz visita técnica à comunidade Quilombola de Conceição Salinas”. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/salinas-da-margarida-em-articulacao-com-outras-entidades-defensoria-faz-visita-tecnica-a-comunidade-quilombola-de-conceicao-salinas/>. Acesso em: 19 set. 2022.

Sítio Conceição e o Sítio Beira Mar, empreendimentos anunciados pela população pesqueira como expropriações que ameaçam ao território tradicional, seus rios, plantações e modos sustentáveis de fazer, viver e criar dos pescadores e marisqueiras quilombolas (Boletim Informativo Conhecimentos Tradicionais de Povos e Comunidades do Nordeste do Brasil, 2022).

Empreendimentos imobiliários, loteamento e ocupação ilegal no territorial tradicional são as principais violências sofridas pela comunidade pesqueira e quilombola. A invasão dessas terras por grandes empreendimentos é um dos problemas que têm sido enfrentados. Dentre eles, cabe citar a construção do Parque das Margaridas e do Loteamento Costa Dourada. Esses empreendimentos quando instalados prejudicam o acesso da população tradicional pesqueira e quilombola de Conceição, afetando acessos aos rios, ao mangue, aos costeiros de pesca e mariscagem artesanais, impedindo usos e, como veremos, prejudicando fortemente o exercício das práticas tradicionais voltadas para a saúde da população.

No ano de 2015, famílias do quilombo conquistaram o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), para garantir o uso tradicional e a pesca artesanal, principal atividade do quilombo pesqueiro (**SACRAMENTO, Elionice Conceição**. 2021). O costeiro que compreende o TAUS é uma área bastante visada pelos empreendimentos, tendo em vista seu acesso ao mar, belezas naturais, dentre outros aspectos. Para os pescadores e marisqueiras artesanais, é uma área de muita riqueza de espécies. Além disso, a APACS também anunciou que duas de suas integrantes, as irmãs Elionice Conceição Sacramento e Vânia Conceição Sacramento, estavam sendo acusadas por crime ambiental e prejudicar a natureza e a área de uso tradicional.

A visita técnica é relatada na primeira parte do Relatório em questão. Em segundo momento, foi realizada a escrita de uma análise técnica para fins de responder às questões postas pelas defensorias. Participaram da visita integrantes da Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas (APACS), das Defensorias Públicas da União (DPU) e do estado da Bahia (DPE/BA), da Associação LGBTQIA+ Cores de Salinas, da Associação dos Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A escrita do material contou com apoio editoria e de pesquisa do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NEA/UFRB) e do Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA),

Quando estive no território, tive a oportunidade, não só de conversar com algumas integrantes da comunidade, algumas inclusive que participaram da visita, como também de visitar alguns dos espaços que fizeram parte do roteiro. Meu interesse, era compreender como esses loteamentos tem afetado fortemente os saberes e práticas tradicionais de saúde. Os relatos, estão expostos no último capítulo deste trabalho, no qual me debruço a compreender de que maneira esses empreendimentos afetam os modos sustentáveis de fazer, viver e criar no que concerne às práticas de saúde em Conceição de Salinas.

**Figura 04** – Mapa da Terra tradicionalmente ocupada pela Comunidade Quilombola Pesqueira de Conceição de Salinas



Fonte: Relatório Técnico. Cartografia de Paula Regina Cordeiro e Jeane Sacramento

## 1.2 – O que é o quilombo hoje?<sup>9</sup>

A provocação que dá título a essa seção do trabalho foi anunciada pela historiadora sergipana **Beatriz Nascimento** no documentário *Orí*, de roteiro dela e direção de Raquel Gerber (1989), “O que é o quilombo hoje?”. A partir do questionamento, enfatizado pela temporalidade do advérbio “hoje”, que coloca as comunidades quilombolas no presente e as projeta enquanto modelo civilizatório para o futuro.

Estando efetivamente em um Território, a pergunta ecoava nos meus pensamentos e no meu observar da ordem do dia do quilombo, ao andar pelas ruas asfaltadas pela prefeitura a partir de 2017 como estratégia de descaracterização do território – conforme relatos da coordenação da APACS –, no observar as construções das casas das famílias, algumas de andar, o que alegra os moradores que batem no peito para afirmar que foi fruto de conquista através do trabalho na maré e nas matas. Também, ao descer a Rua do Fogo pela primeira vez, ao assistir aos “mais pequenos” brincando na rua, as mais velhas sentadas na porta, no primeiro amanhecer que assisti do alto da casa que passei aquelas semanas, ao presenciar a coletividade no existir, no observar dos meninos e meninas, dos rapazes e moças, sempre com seus cabelos muito bem aparados. Se prestasse atenção, estaria ouvindo como um sopro nos ouvidos: “O que é o quilombo hoje?”

A história das comunidades quilombolas, bem como de outras populações tradicionais e originárias, é marcada pelos persistentes efeitos da colonização e negligência de um Estado de heranças escravocratas e racistas. Nos períodos colonial e imperial, os quilombos foram expressões notáveis da organização, resistência e transgressão dos negros e negras ao sistema escravista. Em sua maioria, ainda no período colonial, os primeiros quilombos foram formados por escravos fugidos; temidos pelos senhores de engenho, pois a fuga de negros e negras escravizados implicava em prejuízo às atividades de lavoura, possibilidades de invasões, rebeliões e levantes, inconvenientes para o processo de colonização (**GOMES, Flávio dos Santos**. 2018; **MOURA, Clóvis**. 2021).

Segundo **Flávio dos Santos Gomes** (2015), os primeiros registros dos chamados quilombos<sup>10</sup>, ou mocambos<sup>11</sup>, no Brasil se dão ainda nas primeiras décadas do período

<sup>9</sup> Referência a fala de Beatriz Nascimento no filme *Orí* (1989).

<sup>10</sup> Estudos etimológicos apontam que os termos *quilombo* e *mocambo* eram utilizados na África Central para referir-se a acampamentos improvisados, tanto nas guerras quanto na apreensão de escravizados. (Gomes, 2015). “No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação” (GOMES, Flávio dos Santos. 2015. p. 10)

<sup>11</sup> “Mocambo, ou *mukambu* tanto em kimbundu como em kicongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de feira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos” (*ibid.*)

colonial. Nos documentos oficiais, tem-se o primeiro registro de um mocambo em 1575, no estado da Bahia. Temidos, em 1740 o Conselho Ultramarino Português os define formalmente enquanto "toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles" (ALMEIDA, Alfredo Wagner. 1999; GOMES, Flávio dos Santos. 2015). Ao longo da história brasileira, essa ficou conhecida como a definição clássica para esses agrupamentos negros. Sobre essa definição, Beatriz Nascimento (2018a) afirma que

A fixação do conceito de quilombo nas posturas legislativas das capitânias brasileiras, através da Consulta do Conselho Ultramarino Português, é, antes de tudo, a demonstração do perigo concreto [...] que o negro, seja escravo, o fugido ou o livre, representava para a manutenção do controle sobre a Colônia por parte dos interesses metropolitanos. (p. 225)

Após a Abolição de 1888, uma vez que a mão-de-obra escravizada é liberta, previa-se, por parte das autoridades, uma extinção dos territórios quilombolas, pois entendia-se que não haveriam fugitivos para estruturar ou manter os agrupamentos de negros. Como se sabe, essa atribuição é errônea. Procedente à abolição, as comunidades negras rurais – dentre outros setores da população negra – foram vítimas das relações raciais higienistas do pós-abolição e da forte invisibilização frente à nova estrutura socioeconômica brasileira. Segundo Gomes (2015), “Camponeses negros – parte dos quais quilombolas do passado – foram transformados em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes” (p. 120).

Ao longo do século XX, os estudos produzidos sobre as comunidades quilombolas foram realizados sobre uma ótica pretérita que, em muito pautada na concepção de democracia racial freyriana, visava apagá-los como agentes históricos do país, cristalizando-os em um passado escravista. Já no período da ditadura militar brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, há uma retomada das discussões a respeito das comunidades negras rurais, reivindicadas pelos movimentos negros urbanos e intelectuais a partir de um lugar de militância antirracista. Dentre esses intelectuais, estavam inclusos **Abdias Nascimento**, **Beatriz Nascimento** e **Lélia Gonzalez**.

Segundo a historiadora e militante negra Beatriz Nascimento (2018b), a categoria quilombo foi utilizada, em especial nos anos 1970, para acionar uma resistência afro-brasileira à repressão da ditadura, visando uma autoafirmação e retomada de uma identidade cultural negra. Por meio da retórica do quilombo, clamou-se por uma revisão da história oficial brasileira, esta cúmplice do apagamento de diversos setores referentes à população negra. Incluiu-se nessa releitura historiográfica – segundo a autora, de uma história escrita por mãos brancas – o questionamento de uma identidade nacional hegemônica e a

proposta da escrita, pelos próprios sujeitos negros, de uma História do Negro no Brasil. Também, a partir de uma historicidade heróica do passado, em especial em torno do Quilombo dos Palmares e da figura de Zumbi (NASCIMENTO, Beatriz. 2018b)

Além disso, nos períodos antecessores à Constituinte, organizações quilombolas pioneiras já reivindicavam o direito à terra e acesso às políticas públicas para suas populações. Assim, diante de reivindicações sociopolíticas de movimentos sociais, tanto dos movimentos negros, quanto dos quilombolas, a Constituição Federal (CF) de 1988, a “Constituição Cidadã”, reconheceu a existência desses grupos e seus respectivos direitos. Promulgada cem anos após a Abolição, a CF/1988 traz no texto constitucional o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT).

Refletindo sobre as diferentes atribuições e nomenclaturas, muitas dessas manifestadas pelos próprios integrantes das comunidades – mocambos, terras de preto, terras de santo, terras de pobre, dentre outras – **Bárbara Souza** (2008) entende que o termo quilombo foi, em diferentes momentos, forjado pelo Estado brasileiro, a fim de categorizar juridicamente esses segmentos. Segundo a autora,

É fundamental, portanto, ressaltar que esse é um termo utilizado para denominar essas comunidades que foi construído pelo poder colonial. Durante o século XX, foi reapropriado pelas lutas de resistência dos movimentos negros e colocado em pauta na Assembléia Constituinte, na elaboração do Artigo 68, do ADCT. Portanto, tal como conhecemos hoje, o termo quilombo é uma construção exógena às comunidades. (SOUZA, Bárbara. 2008. p. 90)

A luta política pela revisão do conceito de quilombo, todavia, se deu de forma mais expressiva na década de 1990, à luz da emergência de organizações quilombolas e sua institucionalização a âmbito nacional por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Essas, associadas aos movimentos negros urbanos, acadêmicos e alguns parlamentares, buscaram redefinir a categoria enquanto processo histórico em continuidade na atualidade, em oposição a antiga conceituação concebida pelo Estado brasileiro e estudiosos, de algo estático e pretérito. A demanda pelo reconhecimento de direitos, em especial os que dizem respeito ao território e às políticas públicas, atualiza o conceito de quilombo na contemporaneidade. Isto posto, quilombola é uma categoria estratégica, da qual as comunidades negras rurais se apropriam e acionam, a fim de serem reconhecidas legalmente e terem seus direitos assegurados (SOUZA, Bárbara. 2008).

Todavia, essa é uma ótica pretérita. Na atualidade, se tem conhecimento de que essas comunidades se configuraram em seus territórios a partir de diferentes processos para além da fuga, como por herança, doação, pagamento e compra de terras. Desse modo, entende-se



que há uma heterogeneidade quanto à narrativa específica de cada quilombo. Hoje, os chamados quilombos são entendidos enquanto grupos étnicos de contínuas expressões de resistência histórico-política negra, possuindo maneiras de organização socioculturais inerentes, com modos de fazer, viver e criar, usos e costumes vinculados ao território e à natureza. Também, são características que compõem a identidade quilombola uma memória coletiva, uma ancestralidade negra comum, critérios político-organizativos estratégicos, lutas e destinos compartilhados (SOUZA, Bárbara, 2008). Cabe destacar que, no atual momento, o reconhecimento quilombola é acionado por meio de autodeclaração, ou seja, a identificação se dá a partir dos próprios sujeitos.

Dito isso, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 as reconhece, enquanto categoria jurídica, como:

Art. 2º – Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Os direitos fundamentais das comunidades quilombolas estão expressos em documentos oficiais. Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT) prevê “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, fundamentado ainda nos Artigos 215<sup>12</sup> e 216<sup>13</sup>. Também, no Decreto 4.887/03, supracitado, bem como na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual o Brasil é signatário desde 2004.

---

<sup>12</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes grupos étnicos nacionais.

<sup>13</sup> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ainda sobre o acesso ao território, **Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos** (2018), **Selma Dealdina** (2020) e **Givânia Maria da Silva** (2020) convergem ao afirmar que há um desinteresse do Estado em avançar com os procedimentos de regularização fundiária e titulação dos territórios das comunidades tradicionais. Segundo Dealdina (2020) e Silva (2020), isso se deve ao racismo institucional presente no Estado brasileiro que permanece negando direitos para essas populações. Arelado a isso, a expansão do agronegócio, os projetos desenvolvimentistas, a especulação imobiliária e os grandes latifundiários tornam por expor ainda mais a vulnerabilidade quilombola.

Segundo os dados da plataforma de Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas, até o mês de agosto de 2019 já eram 386.750 quilombolas que, distribuídas em 24 estados brasileiros e 1.674 municípios, somavam 5.972 localidades quilombolas. Desse todo, verificou-se que os estados com maior quantidade de quilombolas são o estado da Bahia (116.437), do Maranhão (77.683) e do Pará (42.439) (IBGE, 2020). Apesar do atraso, o Censo 2022 tem como marco a conquista histórica da inclusão das comunidades quilombolas no trabalho de recenseamento. Será possível quantificar, pela primeira vez em dados oficiais, a população quilombola, bem como, um número de quilombos existentes no Brasil (UNFPA Brasil, 2022).

Inicialmente adiado devido a pandemia e novamente no ano seguinte por justificativa de falta de orçamento<sup>14</sup>, o Censo estará acontecendo entre os dias 01º de agosto até o dia 31 de outubro de 2022. A divulgação dos dados dessa Base de Informações, que teve como base a estimativa do levantamento territorial que vinha sendo preparado pelo IBGE para o Censo e o último Censo de 2010, que tinha coletado informações sobre os povos indígenas, tinha como intenção também pensar estrategicamente o enfrentamento à pandemia do Covid-19 nos territórios indígenas e quilombolas. Assim, a divulgação de uma Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19, também foi uma maneira de antecipar algumas informações que vinham sendo levantadas acerca dessas populações (IBGE, 2020).

Enquanto instrumento de luta, espera-se que a coleta os dados oficiais contribuam com a visibilidade e sensibilização da sociedade civil, autoridades públicas e meios de comunicação predominantes, em especial no que concerne aos modos de viver, as condições de vida, de saúde, educação, habitação, saneamento básico, dentre outros aspectos,

---

<sup>14</sup> “Sem orçamento, Censo é suspenso mais uma vez; entenda a importância da pesquisa e o que acontece agora” . G1, [S.l.], 23 abril 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/23/sem-orcamento-censo-e-suspenso-mais-uma-vez-entenda-a-importancia-da-pesquisa-e-o-que-acontece-agora.ghtml>> . Acesso em: 02 out. 2022.

expandindo o acesso às políticas públicas específicas para esse grupo étnico e avançando em direção à garantia de seus direitos (UNFPA Brasil, 2022).

### 1.3 – Vidas Quilombolas Importam<sup>15</sup>

No que diz respeito à saúde das comunidades, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007), para além de ter como objetivo geral “Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.” (BRASIL, 2007. p. 38), também prevê, em seus objetivos específicos, “Garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular às populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde.” (*ibid.* p. 39); também, na seção sobre estratégias de gestão, o “Estabelecimento de metas específicas para a melhoria dos indicadores de saúde da população negra, com especial atenção para as populações quilombolas.” (*ibid.* p. 41). Além disso, nas diretrizes gerais, “Promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas.” (*ibid.* p. 38).

A negligência do Estado brasileiro no enfrentamento à pandemia do Covid-19 foi incontestável. No que tange às populações negras, quilombolas e indígenas, essa negligência é ainda mais evidenciada. Estudos recentes (SILVA, Givânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. 2021; PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. 2021; SANTOS, **Eduardo Rodrigues**, 2020) tem enfatizado como as realidades das comunidades quilombolas foram impactadas drasticamente pela pandemia de Covid-19 e como as dificuldades cotidianas já existentes foram ainda mais agravadas. Em entrevista<sup>16</sup>, Givânia Maria da Silva, uma das fundadoras da CONAQ, exprime esse drástico cenário:

Às vezes as pessoas se perguntam qual foi a realidade que a Covid trouxe. Eu prefiro falar da realidade que a Covid mostrou. Os problemas já estavam lá. A falta de estrutura e de serviços públicos e o abandono do Estado são problemas estruturais dos trabalhadores do campo, mas em particular das comunidades quilombolas e indígenas. A Covid veio apenas revelar as mazelas que já estavam lá.

A declaração emitida pela educadora quilombola demonstra como o cenário da pandemia de Covid-19 nos quilombos expuseram em um grau ainda maior sua

---

<sup>15</sup> Bordão do manifesto lançado pela CONAQ em seu aniversário de 24 anos. O manifesto pode ser acessado em: <[http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/05/CONAQ-24\\_ANOS-MANIFESTO-VIDAS\\_QUILOMBOLA\\_S\\_IMPORTAM.pdf](http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/05/CONAQ-24_ANOS-MANIFESTO-VIDAS_QUILOMBOLA_S_IMPORTAM.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2022.

<sup>16</sup> STEVANIM, Luiz Felipe. “A Covid mostrou a realidade” Entrevista com Givânia da Silva. 2020. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-covid-mostrou-a-realidade>> . Acesso em: 18 ago. 2022.

vulnerabilidade. Majoritariamente localizados em áreas rurais do país, muitas vezes caracterizadas por seu difícil acesso, os quilombos já vivenciam as negligências e dificuldades de acesso aos direitos e políticas públicas fundamentais (SILVA; SOUZA, 2021). As contribuições dos estudos dos pesquisadores acima citados acerca dos impactos da Covid-19 enfatizam como, em especial ao longo dos primeiros anos da pandemia, as dificuldades de acesso ao saneamento básico e aos serviços de saúde, acrescidos à ausência de planos de ações governamentais preventivas, dificuldade de solicitação de auxílio emergencial, carência de testes; bem como escassez de itens de higiene para prevenção básica, subnotificação de casos e ausência de dados epidemiológicos oficiais por parte de órgãos do governo colaboram para o drástico alastramento do novo coronavírus nas comunidades negras do país (SILVA; SOUZA, 2021; PLÍNIO DOS SANTOS, 2021; SANTOS, 2020) Além disso, a permanência dos já existentes conflitos territoriais, à exemplo dos territórios quilombolas do município de Alcântara/MA que, em plena pandemia, teve famílias mais uma vez ameaçadas por um deslocamento forçado em decorrência da construção de base de foguete no território<sup>17</sup>.

A omissão do Estado e das autoridades públicas, em especial no atual governo, evidencia a desigualdade social e o racismo contra essas populações, sendo apontado como mais um mecanismo de genocídio contra a população indígena e negra brasileira, consequente de colonialismo e dos ideais de democracia racial presentes no imaginário social do país (NASCIMENTO, Abdias. 2016). A partir dessa assimilação, Plínio dos Santos (2021) e Eduardo Rodrigues (2020) reconhecem que a maneira de agir do Estado brasileiro é fruto de uma necropolítica (MBEMBE, Achille. 2018), em que a decisão por deixar morrer é notada. O conceito de necropolítica, desenvolvido pelo camaronês Achille Mbembe (2018) direciona as relações de poder à maneira de agir dos Estados modernos, especialmente com corpos negros. A necropolítica opera como um dispositivo genocida, em que o Estado têm o poder de decidir, em um contexto racializado, o valor das vidas, de quem detém humanidade e merece viver, ou morrer.

Para além da forte incidência e alta taxa de letalidade do vírus em seus territórios, os quilombolas não tiveram dados oficiais do governo federal acerca dos mortos e foram desumanamente privados de quantificar os óbitos de seus parentes. Pensando na vida, saúde e em saberes e práticas tradicionais, a vida quilombola vale muito. Com um mais velho, tem-se

---

<sup>17</sup> Instituto Socioambiental. Quilombolas de Alcântara sob ameaça: entre a pandemia e a remoção forçada. Disponível em: <<https://socioambiental.medium.com/quilombolas-de-alc%C3%A2ntara-sob-amea%C3%A7a-entre-a-pandemia-e-a-remo%C3%A7%C3%A3o-for%C3%A7ada-7349f78a987b>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

a história e os saberes daquela comunidade. A morte de um mais velho, que no caso da pandemia poderia ser evitada, implica na perda de um pedaço da história daquela comunidade. A perda criminosa da população quilombola implica também na perda dos saberes tradicionais, em que os quilombolas mais velhos funcionam como bibliotecas vivas, portadores e protetores dos conhecimentos de seu povo.

Em enfrentamento a isso, no primeiro ano de pandemia, para além da elaboração e divulgação de cartilhas de prevenção próprias, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), apoiada pelo Instituto Socioambiental (ISA), criou a plataforma Observatório da Covid-19 nos Quilombos<sup>18</sup>, que visava fiscalizar os casos e óbitos quilombolas e como, estatisticamente, a transmissão do vírus estaria impactando no quantitativo dessa população. Essa plataforma foi uma iniciativa autônoma das organizações que, em conjunto com as comunidades quilombolas, passaram a coletar dados acerca do total de casos quilombolas monitorados, confirmados e de óbitos e alimentar a plataforma.

Outra estratégia encontrada pelas articulações regionais e nacionais e dos parceiros da luta quilombola foi a elaboração de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742<sup>19</sup>, que defendia a elaboração de um plano nacional de enfrentamento a Covid específico para esse segmento da população brasileira, visando garantir os direitos fundamentais para sobrevivência e dignidade no enfrentamento à pandemia. Sobre este ponto, gostaria de enfatizar a contribuição do Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca (2020) que elaborou um estudo acerca da vulnerabilidade quilombola no contexto da pandemia, com base nos dados previamente disponibilizados pelo IBGE para o próximo recenseamento.

As comunidades quilombolas, assim como os povos indígenas e ribeirinhos, foram incluídos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 como grupo prioritários. Todavia, diversas comunidades alegaram impedimentos no acesso à vacina, seja por corte de orçamento, atraso, desvio, escassez de doses ou ações discriminatórias. No que tange às coletividades negras – que garantiram a posição prioritária como desdobramento das exigências requeridas pela CONAQ na ADPF 742 – a inexistência de dados oficiais quanto ao seu contingente populacional prejudicou também a estimativa de doses disponibilizadas por região, estados e municípios.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://quilombosemcovid19.org/>>.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2021/02/ADPF-QUILOMBOLA-Assinado.pdf>>.

O quilombo pesqueiro Conceição de Salinas foi um dos territórios afetados por esses empecilhos. Apesar do Ministério da Saúde ter provido ao município de Salinas da Margarida um contingente de 416 doses destinadas especificamente para a vacinação prioritária da população do quilombo, em março de 2021, a prefeitura municipal realizou postagem em rede social negando a existência de comunidade quilombola na região<sup>20</sup>. Ao comparecer para a vacinação, quilombolas de Conceição alegaram ter recebido ameaças de processo criminal; além disso, foi requerido assinatura obrigatória de termo de Autodeclaração Quilombola para aqueles se autoidentificavam como grupo prioritário, o que foi motivo de intimidação para muitos daqueles que apenas buscavam usufruir de seu direito e um alento frente à pandemia. Como intervenção, a Defensoria Pública da União (DPU) e do estado da Bahia (DPE/BA) emitiram uma recomendação conjunta solicitando que a prefeitura se retratasse retirando a postagem da rede social, também seguindo o plano de vacinação prioritário e as medidas preventivas específicas previstas para a população quilombola na contenção do vírus<sup>21</sup>.

Apesar das dificuldades, o quilombo Conceição foi referência no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus e às violações de direitos que se acirraram na gestão do governo Bolsonaro, que se amplificaram, como afirmam Elionice Conceição Sacramento e **Danilo Sodré** em entrevista à **Zane do Nascimento** (2021). Ambas as lideranças quilombolas relatam que se organizaram social e politicamente. Por meio de grupos de trabalho, o quilombo Conceição prestou auxílio a demais comunidades tradicionais, por meio de arrecadação de cestas básicas e demais mantimentos.

---

<sup>20</sup> Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/12/quilombolas-tem-vacinacao-lenta-contracovid-e-adolescentes-ficam-para-tras.shtm>> . Acesso em: 04 set. 2022

<sup>21</sup> Disponível em:

<<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensorias-recomendam-que-prefeitura-de-salinas-da-margarida-retire-de-redes-sociais-publicacao-discriminatoria-contracomunidade-quilombola-e-faca-retratacao/>> Acesso em: 04 set. 2022.

## II – Conceição de Salinas: um braço da Baía de Todos os Santos

“Onde se chega de barco, mãe  
 Que nem lá, na Ilha do Medo  
 Que nem lá, na Ilha do Frade  
 Que nem lá, na Ilha de Maré  
 Que nem lá, Salina das Margaridas”

Gilberto Gil – Ladeira da Preguiça 🎵

Exposta a minha chegada à Bahia, o contexto em que estão inseridas as comunidades de terra e de água, apresento neste capítulo o território ancestral pesqueiro e quilombola de Conceição de Salinas. Pelo caminho das águas, começo.

### 2.1 – O caminho das águas

A Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA está situada na região do Recôncavo Baiano, às margens do rio Paraguaçu e da Baía de Todos os Santos (BTS), pertencendo ao município de Salinas da Margarida/BA, a 4,5 km da sede deste e a 265 km de distância rodoviária da capital baiana, Salvador (GEOGRAFAR, 2019). Partindo da capital, o trajeto mais rápido para se chegar ao território se dá pelo caminho das águas, por *ferryboat*, que reduz o trajeto rodoviário de 265 km para 13 km de travessia da baía, acrescentados 52 km de trajeto por terra (*ibid.*). Todo o trajeto, do Porto à Conceição, dura cerca de 03 horas.

Rumo ao território ancestral, Elionice e eu embarcamos no Terminal Marítimo De São Joaquim para pegar o *ferry* das 17hrs. Era 11 de junho de 2022. O Terminal fica no bairro Água de Meninos, cidade baixa de Salvador, ao lado da tradicional Feira de São Joaquim. Era um final de tarde de sábado de tempo agradável, apesar do meu pouco costume com a umidade e das poucas nuvens no céu. À frente do *ferry* já podíamos avistar o sol alaranjado que se punha no horizonte, por trás da Ilha de Itaparica e os navios que também seguiam pela baía, já pequenos e distantes. Detrás, os raios que batiam nos prédios da cidade alta de Salvador.

A travessia do *ferry* se dá pela baía e atraca na Ilha de Itaparica. Essa famosa travessia eu apenas havia lido no romance “Um Defeito de Cor” de Ana Maria Gonçalves (2020), narrada pela personagem principal Kehinde, que realiza essa travessia algumas vezes e que passei toda a viagem pensando sobre. No romance, Kehinde narra como aquela travessia era

feita em pequenas canoas e como já ouviu relatos que a fizeram a nado. Era o que conseguia pensar enquanto assistia o *ferry* rasgando o mar da baía. Na nossa travessia, cheguei a avistar uma pequena canoa a remo, com apenas um homem dentro. Já em Conceição, algumas pessoas disseram fazer essa travessia em embarcação a motor e que durava cerca de 03 horas.

Muitas pessoas realizam essa travessia diariamente a trabalho, para comercializar peixe, marisco, como, por muitos anos, foi o caso da família de Conceição Sacramento, a União MAVE. Ao longo da viagem, tanto na ida, quanto na volta, Elionice me relatou como, por vezes, ainda criança, ela e seus irmãos acordavam de madrugada para preparar os pescados e mariscos e partiam para Salvador, ainda de madrugada.

Em sua maioria, os *ferryboats* de Salvador têm nomes de artistas da Bahia. O primeiro que pegamos se chamava Dorival Caymmi. Todos juntos, nós, pescadores e marisqueiras, carros, motos, turistas, rumo à Ilha de Itaparica. Assisti toda a travessia da viagem, à vista e a bordo do lado esquerdo do *ferry* Dorival Caymmi. Desembarcamos na Ilha, “do lado feio, que a televisão não mostra, nem atrai os turistas” como diz Elionice. Cansadas, após um dia de muitas andanças e carregando peso, Elionice tomou a frente para chamar os motoristas e verificar se algum carro pequeno estava disponível para nos deixar na porta de casa.

Acabamos por pegar uma van e seguir rumo a Conceição. Da Ilha ao continente, há uma ponte, que liga as ilhas de Itaparica e Vera Cruz às cidades da Baía de Todos os Santos (BTS). Apesar de já estar escuro, Elionice me mostrou algumas localidades, enquanto me contava sobre Itaparica, sobre as comunidades que residem do outro lado da cidade da baía. A relação de Conceição com os movimentos de luta e identidade pesqueira foi construída mais amplamente a partir de 2007. Os últimos passageiros moravam nas comunidades próximas, outros eram da própria Conceição. Fomos as últimas a descer da van. O motorista nos deixou na Rua da Cajazeira, já na esquina de como quem vai para a Rua do Fogo. Em poucos minutos de caminhada, Elionice já havia cumprimentado algumas pessoas sentadas nos passeios de suas portas. Era sábado à noite e a Rua do Fogo estava movimentada, “os menino tava numa mulequeira”, muitos fazendo fila para cortar o cabelo na barbearia de Tuxo. Dona Zezé nos aguardava prontamente na porta de casa. Eram 20hrs em ponto.

## 2.2 – Um quilombo pesqueiro

Conceição de Salinas, como descrevia para minha avó, família e amigas quando perguntavam por notícias, se diferencia em dois espaços, que identificávamos como a “cidade” e a “roça”. Em ambos, tínhamos acesso à maré. A parte da cidade se assemelha ao



imaginário de uma pequena cidade de interior. As ruas variavam, de grande maioria asfaltadas, algumas eram mais largas e outras mais estreitas, algumas com subidas íngremes e uma ou outra ainda de pedra. Entre as ruas e as casas, que encostam umas nas outras, havia estreitos passeios e algumas com mais de um pavimento, estes por vezes de tijolos expostos e sem acabamento. Das casas em que estive, muitas tinham o quintal extenso, os que não eram cimentados, possuíam diversas plantas e ervas e funcionam como quintais produtivos, com plantas ornamentais, medicinais e alimentícias.

O trânsito de pessoas, assim como das motos e dos carros, se dava pelo asfalto. Tudo era perto. Um dos meus caminhos favoritos se dava pela Rua da Praia, onde podia admirar o sobe e desce das embarcações, bem como me familiarizar com o horário das marés. A extensa orla, forte característica do quilombo, dá vista para a baía e segue toda acompanhada de calçamento em pedra portuguesa, intercalando as árvores e alguns canteiros, com bancos de cimento e um parapeito que também acompanha a calçada e continha o mar. Do outro lado da calçada, havia casas e bares, que ocupavam as pedras portuguesas com cadeiras.

Também era na orla onde alguns moradores – transgredindo a determinação municipal de não acender fogueiras – acendiam suas fogueiras, estas que permaneciam com os restos das cinzas do dia anterior, sendo abastecidas com uma nova remessa de lenha no dia seguinte e novamente acesas ao anoitecer, seguindo essa rotina ao longo do período junino. Já no anoitecer, que se manifestava por volta das 17hrs, o quilombo era iluminado pela luz branca dos postes, sendo possível admirar as embarcações e as luzes de Salinas da Margarida, que atravessavam o mar da baía. No mar já escuro, podia me deparar com a movimentação de alguns pescadores, ainda se postando no arrumar dos instrumentos de pesca e de suas embarcações, por vezes enfrentando um banho noturno. Nos parapeitos, ficavam alguns equipamentos de pesca, os muzuás, e era possível ver alguns pescadores trançando ou aprumando suas redes. Era também o lugar de encontrar com os fiscais da praia, como são carinhosamente apelidados. Eram os fiscais da praia Del, Ninho e Marcelo que me davam instruções sobre o tempo das marés, quando poderia atravessar por ela, ou quando era preferível seguir pela Igreja, quando desejasse ir a roça.

**Figura 05** – Orla de Conceição de Salinas vista do Gravatá



Fonte: Autora, junho de 2022.

No vai e vem das marés, as embarcações seguiam subindo e descendo, algumas mais próximas à orla, outras já mais distantes. Quando a maré estava seca, conseguimos cortar caminho por dentro do mangue, por onde, quando a maré enchia, não era possível ver a areia, apenas o movimento das embarcações a motor coloridas e com os mais curiosos nomes. Quando a maré baixava, descíamos pela areia, atravessávamos entre as embarcações ancoradas, algumas com cordas amarradas em pedaços de pau, com seus fundos afundando na lama e na areia e seguíamos com os pés na lama em direção ao mangue. Na travessia, me impressionava a quantidade de embarcações no costeiro de Conceição, que de dentro conseguia ver redes, muzuás, remos, lonas e demais equipamentos de pesca. No caminho, achava graça da criatividade para seus nomes. À vista do horizonte, tínhamos o mangue, o mar e o céu, as garças brancas e raramente rosas voando, caminhando na lama como nós ou pousadas nas embarcações.

Na lama, seguíamos pisando nos buracos de guiguis, que Dona Zezé diz serem os “filhos” ou familiares de caranguejo ou siri, nas conchas de marisco e nos búzios, atentas para não pisar em um ou outro siri já adulto e tomar uma boa mordida. Esse era o início do caminho da roça, que tantas vezes fiz acompanhada de Dona Zezé, mas que logo aprendi a percorrer sozinha, nos dias que estava na cidade e o pessoal estava trabalhando, então ia encontrá-los na roça para almoçar. Jamais me esqueço do que viria após a travessia na lama,

já no aproximar com o mangue, um pequeno caminho que se trilhava. De frente com o caminho, com os pés na lama, o chão era molhado e ao redor só via mangue. De um lado, nas frestas do mangue, conseguia ver o mar. No chão, lama e poças rasas de água, com folhas grandes molhadas que caiam do mangue. Essa senhora mais velha me guiava com uma panela apoiada com um lenço na cabeça. A mais velha me guiava o caminho, me ensinando onde pisar. Por vezes, eu gostava de seguir pisando nas pegadas da senhora, que me orientava. Assim foram os meus dias em Conceição, entre a cidade e a roça, entre os caminhos do asfalto e os caminhos do mangue.

Diante do potencial marítimo proporcionado por sua localidade, a Comunidade tem sua identidade e territorialidade fundamentada na terra e nas águas, tendo expressiva influência econômica e reconhecimento identitário nas atividades relacionadas à pesca artesanal como categorial expressiva entre as demais artes de pesca, tanto no município de Salinas, quanto na região do Recôncavo (SACRAMENTO, Elionice Conceição. REIS DA SILVA, Ana Tereza. 2019; SACRAMENTO, Elionice Conceição. 2021). Segundo Elionice Conceição Sacramento (2021), a quantidade de pessoas que vivem e/ou se beneficiam da atividade pesqueira, de forma direta e indireta, se aproxima a 80% da população de Conceição.

**Figura 06** – Os fiscais da praia no preparo de suas redes de pesca



Fonte: Foto por Elionice, junho de 2022.

**Figura 07** – A volta para casa das marisqueiras



Fonte: Foto por Elionice, junho de 2022.

A população da comunidade se autodetermina tradicional e, desde 2010, se autodefine enquanto pesqueira e quilombola. (SACRAMENTO, Elionice Conceição. 2021). Em entrevista ao podcast “Quilombo Conceição, terra, água, vida e território” (QUILOMBO CONCEIÇÃO, 2021), realizado pela juventude da comunidade, Elionice Conceição Sacramento, pescadora, intelectual quilombola e liderança comunitária, afirma que a região tem sido ocupada por famílias negras há pelo menos oito gerações; sabe-se também que sua existência tem por volta dos 300 anos, tempo referente à fundação da Igreja Nossa Senhora da Conceição. O município de Salinas da Margarida/BA foi criado apenas em 1962, portanto, a atribuição da Comunidade ao município é recente, de tal maneira que a existência daquela se dá afora da criação deste. Anterior à sua atual atribuição, a comunidade pertenceu à Ilha de Itaparica e, outrora, à Jaguaripe (SACRAMENTO, Elionice Conceição. 2021).

Quanto a regularização fundiária do território quilombola de Conceição, a certidão foi expedida sobre o número do processo 014.20.001629/2015-83; devidamente solicitado pela Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas (APACS), em 2015, cumprindo o que rege o Decreto 4887/03, mais tarde, publicada pela Portaria nº 62 de 3 de fevereiro de 2017 (NASCIMENTO, Rosânia do. 2021. p. 4)

No que diz respeito aos elementos para reconhecimento de Conceição de Salinas enquanto comunidade tradicional, seus costumes, modos de fazer e viver são evidenciados

pela mestra do saber. Além da presença de uma ancestralidade negra, em sua maioria, as/os filhas/os da Comunidade sobrevivem das práticas realizadas em seu território; para além da pesca, a agricultura de subsistência se faz presente na Comunidade, bem como a criação de animais de pequeno porte (QUILOMBO CONCEIÇÃO, 2021).

Aqui, a relação com a natureza, a dependência dela, seu respeito e dedicação à ela estão vinculados às suas formas de existir, de tal maneira que o território não constitui apenas uma propriedade, um suporte onde se vive, mas há na terra uma dimensão sagrada, de uso e ocupação tradicional. O território emana marcas no corpo coletivo, as pessoas se fazem e se formam em processos educativos porque estão e são deste território. Ser quilombola aqui é ser da pesca, da roça, é viver e experienciar este ambiente, é caminhar e sentir a lama, a terra, a água, respirar o ar, sentir o sol, o vento, tocar o mangue, os peixes, as plantas. Habitar esse território cria saberes corporificados, cria o povo de Conceição de Salinas.

Todavia, conflitos de natureza socioambiental têm afetado consideravelmente o modo de vida salinense. Desde o século XIX, há um histórico de grilagem e expropriação no território referente ao quilombo. Nos últimos anos, o município de Salinas da Margarida/BA tem sido uma região intensamente visada por empreendimentos imobiliários, em especial de vias turísticas. Aliado a isso, atividades como carnicultura, loteamento ilegal, desmatamento – em especial nas áreas de manguezal – e escoamento de petróleo, por exemplo, tem sido algumas das agressões protagonizadas por empresas que atravessam as leis ambientais e invadem o território quilombola (SACRAMENTO, Elionice Conceição; REIS DA SILVA, Ana Tereza. 2019; SACRAMENTO, Elionice Conceição. 2021).

Além dessas atividades dificultarem o acesso da população às áreas de uso comum, tornam o trabalho de pesca e mariscagem perigosos para as/os pescadoras/es, que são forçadas/os a buscarem regiões mais afastadas para manterem suas produções. Essas atividades também acabam por prejudicar a saúde das mulheres, a quantidade e a qualidade de pescados encontrados no litoral da comunidade. As empresas têm o aval do governo do município e do estado da Bahia, haja vista seu desinteresse nas pautas quilombolas reivindicadas pela população e sua ambição pelo capital e pelo desenvolvimentismo (*ibid.*).

Apesar disso, a população permanece resistindo e buscando alternativas para perpetuação de suas atividades tradicionais e exercício dos seus modos de vida, identidade e territorialidade.

Na visão das pescadoras Barbara Ramos e Vania Conceição, a ausência de políticas sociais nas comunidades tradicionais incidem negativamente sobre os vínculos das (es) pescadoras (es), especialmente dos jovens, com seus territórios. A mão do Estado opera para produzir a perda de interesse pelas suas identidades, o

deslocamento para os centros urbanos e o abandono de seus espaços de vida, o implica deixar o caminho livre para o capital (SACRAMENTO; REIS DA SILVA, 2019. p. 133)

Tendo em vista a perspectiva biointerativa acionada por **Antônio Bispo dos Santos** (2019), entendo que há entre as populações pesqueiras e quilombolas do Recôncavo, incluída aqui a população de Conceição de Salinas, sujeita desse trabalho, o entendimento da água enquanto sujeita fundamental no cotidiano das diferentes comunidades da região, colaborando inclusive na saúde e bem-estar das/dos pescadoras/es. Dito isso, é por meio de biointerações, em diálogo com as marés, com os ventos, com as luas, com a lama e com o mangue que as/os pescadoras/es quilombolas referenciam suas vidas. Além disso, é a partir das águas que articulam suas lutas, defendem sua identidade, seu direito à vida, à terra, aos seus modos de fazer e viver, seus saberes ancestrais e sua continuidade (SACRAMENTO, 2021).

### 2.3 – Filhas de Conceição

Nos diferentes períodos históricos vivenciados pelos quilombos, o protagonismo feminino se fez presente. As mulheres quilombolas têm papel fundamental na produção e continuidade das tradições culturais afro-brasileiras; no trato ao roçado, nos saberes e práticas tradicionais, no embate e engajamento político. A mulher quilombola exerce a importante função de transmitir e preservar as tradições locais, seja na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na pesca, na agricultura, na culinária ou nas festas tradicionais. Desse modo, essas mulheres desempenham papéis centrais em seus territórios, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo seus saberes. Exercem cargos de benzedeiros, raizeiros, parteiros, lideranças comunitárias, representantes de associações, organizações estaduais e nacionais; são estudantes universitárias, pesquisadoras, acadêmicas, dentre outras várias atribuições. (DEALDINA, Selma. 2020).

As mulheres quilombolas, para além dos enfrentamentos diários, guardam consigo as memórias do território ancestral, seus modos de fazer e viver, estes consultados e transmitidos tanto no dia-a-dia de seus quilombos e no caminhar das gerações, quanto no resgate de tecnologias ancestrais. É de se reconhecer o papel estratégico desempenhado por essas tecnologias, que se materializam em ferramenta de luta em resistência pela vida dos e nos territórios quilombolas no Brasil.

No entanto, apesar de tantas incubências,

[...] ainda são muito escassos os registros sobre o papel central das mulheres na constituição e na manutenção da vida política e cultural do quilombo. As mulheres

quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de luta e resistência nos quilombos, os conhecimentos guardados e perpassados de geração em geração. São diferentes formas de produção de conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiãs da pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas. (SILVA, Givânia Maria da. 2020. p. 54)

As violências sofridas pelas mulheres quilombolas extrapolam as experiências vivenciadas cotidianamente pelas comunidades, uma vez que àquelas se somam a violência doméstica e sexual, aos casos de feminicídio, aos silenciamentos dentro e fora da comunidade, em espaços de tomada de decisão e assim por diante. Além de pertencentes a um grupo étnico-racial, têm opressões e vulnerabilidades ainda mais agravadas devido à condição interseccional de suas identidades, pela intersecção das categorias de mulher, negra, quilombola, atingidas ainda pela questão de classe e o aspecto geracional. E, no caso de Conceição de Salinas, acrescenta-se também a identidade de pescadoras (SACRAMENTO, 2021).

As mulheres são maioria no quilombo Conceição. Tendo suas vidas perpassadas por uma territorialidade ligada à terra e às águas, exercem um protagonismo expressivo nas atividades pesqueiras, político-identitárias, culturais e religiosas da comunidade. Diante das violências enfrentadas no dia-a-dia comunitário, assim como na pesca, é por meio de redes de solidariedade que essas mulheres, inseridas em movimentos como a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Negras e de Mulheres Quilombolas, engajam na luta coletiva por seu território, disputando narrativas, reivindicando seus direitos fundamentais e específicos, contra o racismo ambiental e institucional e em defesa de seus fazeres tradicionais (*ibid.*).

As mulheres de Conceição têm como referência suas matriarcas ancestrais, essas que foram fundamentais para a continuidade de suas existências e perpetuação de suas identidades. Veridiana Conceição, que dá nome à comunidade e sobrenome às diversas mulheres dela, dá início à linhagem dessas importantes mulheres, que hoje já encontram-se na oitava geração de descendentes. Filha de Conceição, Filomena foi uma importante parteira para a comunidade e uma das responsáveis pela povoação desta, de forma que grande parte do quilombo pesqueiro descende de sua raça. Neste ponto, destaco a maneira das mulheres de Conceição ao se referir às suas ancestrais, que dizem ser da raça de determinadas mulheres. Segundo Sacramento (2021), falar na Raça de Filomena se refere a um princípio de descendência ancestral; é uma maneira de enfatizar seu parentesco.

Da Raça de Filomena, suas filhas Rosalinda, Eliza e Totonha contribuíram fortemente nas atividades do quilombo. Essas são referidas por Sacramento (2021) como, respectivamente, mãe de parto, mãe de terra e mãe de santo. Mãe Rosa, falecida aos 114 anos, realizou partos até os 106 e nunca perdeu uma criança. Já Eliza, era conhecida pela agricultura, plantio e roçado, enquanto Totonha administrava um barracão e era reconhecida por sua autoridade como guia espiritual. Além dela, Dona Zeo e Silvinha têm forte importância na Comunidade pelas vias religiosas. (SACRAMENTO, 2021).

**Figura 08** – Mulheres da Raça de Filomena



Fonte: Autora, junho de 2022.

Essas são algumas das várias mulheres citadas pela pescadora quilombola em sua dissertação de mestrado em que, em diversos momentos, faz referência à importância do protagonismo realizado por essas e seus fundamentais papéis para a resistência da Comunidade. As matriarcas ancestrais de Conceição, como são referidas por Elionice Conceição Sacramento (2021), seguem impulsionando suas descendentes, em especial à juventude feminina da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas.

Além da inserção em movimentos femininos, as mulheres salinenses seguem engajadas em disputas epistemológicas, adentrando o ensino superior e a academia, escrevendo suas próprias narrativas e contribuindo estratégica e politicamente com a Comunidade.



Meninas/mulheres que já nascem matriarcas pela necessidade de lutar para fazer a defesa de suas vidas e da vida das outras meninas-mulheres de sua comunidade, o que também gera reflexos nas lutas mais amplas em nível de Bahia e Brasil. O que moveu e move o coração das gerações de mulheres ancestrais como Conceição, Filomena, as irmãs Rosalina, Eliza e Totonha, e que também move os corações de Esperança, Maria José, Vania, Livia, Eliza é o amor pelo seu território e pela sua gente, que impulsiona a luta por liberdades e justiça social e que a muitos nos inspira. (SACRAMENTO, 2021. p. 105)

Também valendo-se de Nêgo Bispo (2019), a intelectual quilombola encontra uma duplicidade – orgânica e sintética – no movimento das mulheres de sua comunidade.

O primeiro movimento, aquele produzido a partir de um saber orgânico e ancestral nas comunidades, por meio das atividades produtivas de sustento, culturais e identitárias como rezas, macumbas, dentre outros, via de regra, não aparecem externamente e não são reconhecidas como uma forma de ação política com potencialidade de transformar as condições de vida das quilombolas/pescadoras (SACRAMENTO, 2021. p. 83)

O segundo movimento nasce da necessidade de responder às demandas cotidianas localizadas, as quais têm impactos em questões externas levando a cavar/mariscar/pescar um pouco mais e em costeiros mais distantes, construir estratégias e ao mesmo tempo provocar ações mais refletidas, politicamente dialogadas, abertas e que sofrem um conjunto de influências. (*ibid.*)

Para além do silenciamento de suas vozes, a tradição e os saberes praticados por essas mulheres também são ofuscados. No que tange ao debate sobre epistemicídio (CARNEIRO, Sueli. 2005) dos saberes das populações tradicionais, destaco também a exposição de Sacramento (2021), ao referir-se às violências sofridas em seu território:

As políticas de higienização da saúde passaram a criminalizar, por exemplo, os conhecimentos das parteiras. O eurocentrismo e suas religiões e saberes impõe também uma forma de crença que transforma em demônio os encantados e orixás, além de tratar como bruxas pessoas com conhecimentos específicos. A cobiça do capital transforma modos de vida tradicional em atraso. De fato, não encontramos nas ruas, nas praças e repartições públicas referências às nossas ancestrais, não existem espaços que falem da importância de sua memória. Nossa cultura e história foram silenciadas. O patrimônio imaterial (as ciências das matas, a tradição pesqueira, as rezadeiras, as parteiras) não estão incluídas nos estudos sociológicos como referências; a produção pesqueira não é item obrigatório na merenda escolar, na alimentação fornecida nos hospitais e postos; não existe na cidade onde está localizado o Quilombo Conceição um espaço que evidencie a cultura da pesca e afins. Tudo aqui converge para a anulação do saber produzido pela alteridade em um flagrante e sistemático epistemicídio. (pp. 107-108)

### **III – Os saberes e fazeres das mulheres das águas**

Neste terceiro e último capítulo do trabalho, me dedico a descrever esse cotidiano das práticas que vivenciei em Conceição de Salinas, seus modos de fazer, viver, criar e preservar a saúde de seu povo e de seu território de terra e de águas. Acionando perspectivas biointerativas em Antônio Bispo dos Santos (2018; 2019), retomo a territorialidade pesqueira e quilombola, dessa vez acionando os saberes e práticas tradicionais de saúde. Esses conhecimentos tradicionais tem como suas principais responsáveis as mulheres pescadoras e quilombolas, senhoras mulheres negras, filhas ou não da Terra, que seguem praticando, repassando e reinventando as maneiras de saber-fazer, aprendidos com suas mais velhas, da fauna e flora de seu território ancestral.

#### **3.1 – Os saberes-fazeres**

Me referencio em Antônio Bispo dos Santos (2019) intelectual quilombola morador da comunidade de Saco-Curtume (São João do Piauí/PI), para abordar a interrelação dos indivíduos com a natureza. O ser humano sempre dependeu da natureza para sobreviver e, a fim de satisfazer suas necessidades, dela extrai seus recursos. Todavia, sabemos que, quando em demasia, de maneira desrespeitosa e, como em muitos casos, por anseios desenvolvimentistas, diversas atividades tornam-se danosas à ela, com potencial em provocar consequências irreversíveis. Nêgo Bispo (2019) – como o autor também é conhecido – aponta que a maneira mercantilista de se extrair recursos naturais não-renováveis para comercialização é fundante de um saber sintético, uma vez que “enquanto o saber orgânico é o saber que se desenvolve desenvolvendo o ser, o saber sintético é o que se desenvolve desenvolvendo o ter” (BISPO DOS SANTOS, 2018. pp. 44-51)

Em oposição ao pensamento sintético colonizador, Nêgo Bispo (2019) expõe a sabedoria orgânica biointerativa das comunidades originárias e tradicionais. Segundo o quilombola, a noção biointerativa diz respeito à uma lógica orgânica e natural de se relacionar com a terra, extraindo, utilizando-a e reeditando-a, todavia sem acúmulos ou esgotamento dessa. Como aprendeu com seus mais velhos, “Ninguém podia pescar para acumular, pois o melhor lugar de guarda os peixes é nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo” (BISPO DOS SANTOS, 2019. pp. 63-64). Nessa lógica, não faria sentido que se extraísse da natureza mais que o necessário para o consumo, de forma que aquilo que se produz é compartilhado, pois “como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse

produto deve ser reintegrado a essa mesma energia” (BISPO DOS SANTOS, 2019. p. 66) Assim, o uso da terra e das águas, suas práticas e cultivos, são feitos a partir de uma lógica biointerativa.

No que diz respeito à produção de conhecimento, Nêgo Bispo (2018) afirma que o pensamento sintético é encontrado na produção acadêmica das universidades, “é um saber voltado para a produção de coisas.” (pp. 44-51). Compreendendo as disparidades presentes entre os saberes sintéticos e orgânicos, desenvolvimentismo e biointeração, entre os povos monoteístas cristãos e os povos pagãos politeístas, Nego Bispo (2019) crê que “um dos meios necessários para chegarmos a esse lugar é transformarmos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências” (p. 69).

Analisando as disparidades de poder historicamente presentes nas relações raciais da sociedade brasileira, **Sueli Carneiro** (2005) aponta o Epistemicídio enquanto um dispositivo acionado pelos colonizadores enquanto estratégia de dominação de povos historicamente subjugados. Ao discorrer sobre o assunto, a autora resgata o conceito de Epistemicídio levantado por Boaventura de Sousa Santos. A partir da exposição, compreendemos que o Epistemicídio consiste em uma tática consumada para fins de dominação etnicoracial, que se dá por meio da negação, deslegitimação, silenciamento, apagamento e, muitas vezes, assimilação proposital de conhecimentos e saberes. Por esse meio – e a fim de se consumir uma soberania imposta por grupos autodeclarados “dominantes” – o Epistemicídio visa aniquilar os conhecimentos “estranhos” dos grupos “dominados” (CARNEIRO, Sueli. 2005).

Além disso, entende-se que a eficácia dessa tática de dominação se dá diante da “destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do Outro” (CARNEIRO, Sueli. 2005. p. 96), de tal forma que, quando bem-sucedido, “É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações” (CARNEIRO, Sueli. 2005. p. 97).

Sendo assim,

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes do processo educativo. (CARNEIRO, Sueli. 2005. p. 97)

Uma vez que

Não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. (CARNEIRO, Sueli. 2005. p. 97)

Exposto isso, acredito que os trabalhos de Sueli Carneiro (2005) e Antônio Bispo dos Santos (2018, 2019) dialogam com as intenções deste trabalho à medida em que trazem à tona um debate sobre a deslegitimação de saberes e práticas tradicionais, aqui tratando-se especificamente das populações negras e quilombolas. Ambos os autores denunciam o caráter colonial e racista de invisibilização e invalidação de epistemologias e cosmologias não-ocidentais – e aqui afirmo estas como contraponto ao conhecimento eurocristão-monoteísta-colonialista-sintético (Nêgo Bispo, 2019), que se diz universal e hegemônico. Fechado para dialogar com os saberes das demais populações, esse último não só silencia aqueles primeiros, mas os deslegitima e os exclui de um acervo de alternativas de conhecimentos possíveis.

O saber orgânico anda com o saber sintético respeitando a fronteira. O saber orgânico chega na fronteira, e a fronteira para o saber orgânico é um espaço de diálogo. Então, cada vez que nós encontramos um outro saber a gente dialoga com ele, na boa. Se precisar aprender a gente aprende. Mas aprender aquele outro saber não significa que a gente perdeu o nosso, a gente estendeu o nosso saber. A gente enriqueceu, e agora a nossa fronteira é mais à frente um pouco. É até o outro saber que a gente não sabe. O saber sintético é diferente. Quando ele chega na fronteira, ele não tem fronteira, ele tem limite, e ele não consegue dialogar com outro saber. Então o nosso saber é um saber do diálogo e o saber sintético é um saber do conflito. Quando ele chega no outro saber ele puf!, não reconhece o outro saber, não dialoga e chega no limite (BISPO DOS SANTOS, 2019. p. 91)

Acredito que adentrar nessa discussão contribui, como anunciado por Elionice Conceição Sacramento (2021), por uma busca por justiça epistêmica estratégica em relação aos conhecimentos passados e produzidos pelas populações tradicionais, a fim de, no contexto desse trabalho, abrangê-los no acervo de alternativas para cura e saúde.

Acrescido a isso, em entrevista a Zane do Nascimento (2021), a pescadora reconhece que “além do valor cultural e econômico também tem esse valor da saúde, a gente produz alimento de qualidade” (p. 18), ressaltando que:

A gente tomou essa decisão política que é defender a pesca para demonstrar que ela é uma atividade viável e sustentável. A pesca também é o modo de vida que nos garante a qualidade de vida. O próprio mar nos ajuda a fazer terapia, nos ajuda a vencer os maus-olhados. Quando a gente se encontra com alguns problemas, a gente entra em contato com esses recursos oferecidos pelo mar, daí se consegue enfrentá-los melhor. Não é à toa que muitas pessoas das comunidades que perderam seus territórios desenvolveram um conjunto de doenças emocionais. (NASCIMENTO, Rosânia do. 2021. p. 18)

Manuela Carneiro da Cunha (2007) entende o saber científico enquanto aquele universal, hegemônico e absoluto. Segundo a autora, os saberes tradicionais admitem

sabedorias independente de suas localidades, agregando as diferentes contribuições que cada uma possa oferecer. Entende-se que enquanto o saber científico é uno, os saberes tradicionais são vários (CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2007). Todavia, uma medicina que se reconhece enquanto hegemônica, acaba por desmerecer os saberes advindos de outros meios, contribuindo assim para o desaparecimento desses outros tipos de práticas.

Os saberes e práticas tradicionais voltados para a promoção da saúde, prevenção e cura se inserem no diversificado arsenal que compõem as chamadas medicinas populares. Essas medicinas fazem parte do cotidiano das comunidades tradicionais e integram um acervo de conhecimentos acerca de seus territórios, ecossistemas, fenômenos naturais, sua fauna e flora específicas, seus modos de fazer, viver e criar. Esses conhecimentos cosmológicos, em sua maioria, não estão codificados em livros, mas na memória coletiva dos indivíduos; são perpetuados, preservados e mesmo desempenhados de maneira significativa pelos mais velhos, em especial pelas mulheres, essas afirmadas enquanto bibliotecas vivas, detentoras de uma sabedoria ancestral.

Elda Rizzo de Oliveira (1985) entende a medicina popular enquanto uma área do saber que, por meio de uma gama de conhecimentos, práticas e técnicas diversas, busca soluções para enfrentamentos, aflições e necessidades diárias dos indivíduos. Consoante aos debates anteriormente mencionados sobre a dualidade entre os saberes tradicionais e científicos, a autora reivindica o caráter político-cultural da medicina popular, que perpassa um lugar de resistência à hegemonia arbitrariamente imposta pela medicina acadêmico-científica; também, questionando a definição daquela partir desta. Cabe enfatizar que o acesso à medicina erudita não inibe a continuidade paralela dos usos dos saberes tradicionais, contudo, há uma “visão preconceituosa, que considera a medicina popular como uma prática feita por ignorantes, [que] nega qualquer contribuição que parta desta população para construir novas formas de pensar as doenças e as curas” (OLIVEIRA, Elda Rizzo de. 1985. p. 12).

As medicinas populares têm seus saberes e práticas aprendidas coletivamente por meio de redes de sociabilidades no convívio cotidiano. Percebo essa dimensão de redes no trabalho de Silvia Guimarães (2017), em que suas interlocutoras estabelecem trocas internas e externas, tanto entre as diferentes medicinas – popular e erudita – quanto entre elas mesmas, a fim de expandir os conhecimentos populares e aprimorar seus modos de tratamento e eficácia. Assim, são características da medicina popular uma dinamicidade, autonomia e um modo de fazer coletivo, de tal forma que o acervo de alternativas está sempre em expansão (GUIMARÃES, Silvia. 2017)

No cotidiano das comunidades, as medicinas populares podem ser praticadas por diversos indivíduos, por meio de chás, garrafadas, rezas, banhos, massagens, dentre outros. Todavia, existem profissionais e mestres/as desses saberes, como benzedeiros, raizeiros, ervateiros, parteiras, curandeiros, farmacêuticos e enfermeiras populares, entendidos; bem como médiuns, mães e pais de santo, que vão dispor de um conhecimento preciso e um saber-fazer experiente dessas práticas. Silvia Guimarães (2017), ao discorrer sobre os saberes e práticas de terapeutas populares na região do Distrito Federal e entorno, reconhece esses detentores como terapeutas populares ou totais. Já em contexto mineiro, no noroeste do estado de Minas Gerais, Martín Alberto Ibáñez-Novión (2012), os anuncia como profissionais da saúde de formação tradicional.

Além da rede de solidariedade afetiva acionada por esses terapeutas, essa que dinamiza as relações sociais dos grupos sociais em que se inserem (GUIMARÃES, Silvia. 2017; OLIVEIRA, Elda Rizzo de. 1985), também desempenham um importante papel de liderança comunitária. Esses profissionais da saúde têm um compromisso social com o território ao qual pertencem, não sendo difícil que exerçam suas atividades por caridade e mesmo em missão/propósito de vida, com fins de solucionar e resolver problemas, males físicos e espirituais dos indivíduos. Segundo Elda Rizzo de Oliveira (1985), “eles criam e recriam um aspecto importante da cultura popular: o de produzir curas e o de tornar vivas e sólidas as relações entre as pessoas” (p. 15).

As habilidades exercidas pelas/os profissionais pedem, para além de um domínio e observação da natureza local e seus fenômenos, uma apuração e precisão do domínio das corporalidades. Há uma sensibilidade minuciosa dos sentidos no observar e no analisar do corpo; também, na dinâmica da vida social e espiritual dos indivíduos (GUIMARÃES, 2017). A fama ou popularidade das/os terapeutas se dá, muitas vezes, em detrimento da eficácia de seus procedimentos. Saliento que essas/es profissionais, ao longo da história, foram muitas vezes acusados de macumba, charlatanismo e curandeirismo. Existe uma desconfiança em relação a eficácia de suas práticas e procedimentos por parte da medicina ocidental, bem como de algumas pessoas. O ofício das/os terapeutas populares pode ser muitas vezes associado a um dom.

Entendendo saúde enquanto estado de bem-estar, pensando-a em paralelo com a integração corpo-mente-espírito, Oliveira (1985) afirma que, uma das formas que a saúde pode ser entendida é: “estado de bem-estar que deveria ser produzido juntamente com as condições dignas de existência material (moradia, saneamento básico, alimentação, emprego,

educação, lazer) deixa de existir para a maioria da população quando a sociedade desigual. (OLIVEIRA, 1985. p. 45)

A saúde deixa de ser produzida juntamente com estes fatores, quando as pessoas deixam de ligar por estas condições e começam a pensar que saúde deva ser um bem que se compra no mercado, uma mercadoria, isto é, quando elas acreditam que o único sujeito que possa trazer-lhes a saúde é o médico. (pp. 45-46)

Para a autora, a noção de saúde está intrinsecamente relacionada à condição de bem-estar. Enquanto isso, “doença pouco tem a ver com medicina em si, mas com o conjunto de condições concretas de existência” (OLIVEIRA, 1985. p. 49). Segundo Guimarães (2017) “A doença não se refere a um estado, mas a um processo, e os diversos sintomas podem ser atribuídos a agentes patológicos diversos, o que é o oposto da maneira como a biomedicina opera” (p. 133)

Agregadas à discussão do trabalho de Buchillet (1991) sobre medicinas tradicionais e ocidentais, reflito sobre as diferentes concepções a respeito das relações estabelecidas entre profissionais da saúde e pacientes, em que “Na medicina ocidental o paciente é passivo, limitando-se a apresentar uma queixa ao médico que tem a tarefa de identificar e diagnosticar a doença a partir dessas queixas e prescrever um tratamento.” (p. 33). Isto posto, o trabalho de Buchillet (1991) ainda desperta a curiosidade de compreensão do porquê algumas práticas são mais legítimas que outras, levando em consideração que estariam visando o mesmo fim: a prevenção e a cura.

Dito isso, pensar em saúde pesqueira e quilombola é também pensar na continuidade e preservação dos saberes ancestrais, tanto pela longevidade, quanto pelo conhecimento que essas populações possuem em relação ao seu território. Esses conhecimentos tradicionais são saúde que entram na ordem do dia dos pescadores e quilombolas, homens, mulheres e crianças, que têm suas vidas aliviadas devido ao conhecimento ancestral dessas mulheres. Além disso, há também o caráter religioso, que vincula a fé do povo à sua saúde.

### 3.2 – “É bonita a fé do povo”

As discussões desta e da próxima seção deste capítulo, para além de relatar sobre alguns dos conhecimentos, saberes, práticas tradicionais de saúde e remédios naturais encontrados no território ancestral, também tem como objetivo permear os aspectos religiosos que abarcam a população de Conceição pois, ao longo do campo, constatei que suas práticas de saúde ancestrais também estão, direta ou indiretamente, vinculadas às crenças e ritos religiosos praticados.

O povo de Conceição é um povo de muita fé, o que foi possível constatar a medida em que religiões evangélica, católica e de matriz africana/afro-brasileira se fizeram presentes nas entrevistas e relatos das interlocutoras. Em referência a isso, dou créditos à Lucinea Muniz, em reconhecimento à interlocução e articulação fundamentais entre essa jovem pesquisadora e as lideranças religiosas de seu território. Filha da Terra, Lucinea é uma fiel ativa nas atividades católicas do quilombo, em especial das novenas de Santo Antônio, as quais fui uma assídua frequentadora. Apesar de sua ligação à Igreja Católica, Lucinea mantém uma excelente relação com as fiéis das demais religiões encontradas no quilombo, o que proporcionou a essa pesquisa um acervo de fontes diverso.

O frio da Bahia, as fogueiras, cascas de amendoim no asfalto molhado, estouros de bombinhas, o cheiro de milho cozido e as tantas garrafas de licor, entregam que estive no quilombo no período junino. Esse período, especialmente na região Nordeste do país, é caracterizado por grandes festejos em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, padroeiro das pescadoras/es. Estar em Conceição, sempre em contato com as mais velhas, foi também retomar algumas tradições de minha criação católica. Após as entrevistas, convites para novenas na casa das senhoras e missas no Centro de Convivência – local em que também eram realizadas as atividades de catequese comandadas por Lucinea – tornaram-se cotidianos e difíceis de se recusar.

Ao tratar dos santos juninos, Luiz Antonio Simas (2022) faz uma breve hagiografia, ou seja, um estudo sobre as biografias acerca dos três santos. Santificado ainda em vida, Santo Antônio, de nome de batismo Fernando, adotou Antônio após tornar-se franciscano. O santo possuía o dom da comunicação. Por sua fama de casamenteiro, no período das festas, é requisitado por meio de pedidos e promessas para arranjar o casamento de seus/suas fiéis. As promessas se dão colocando a figura do santo de cabeça para baixo em um copo d'água. Como diz a cultura popular, o santo só poderia ser desafogado após a realização do pedido (SIMAS, 2022).

Essa crença era comentada entre as meninas e mulheres de Conceição, que caçoavam umas com as outras, ao se flagrarem entre si, arrumadas e circulando pelas ruas nos horários próximos às novenas. “Eita, essa tá indo rezar pra Santo Antônio!”, como cheguei a ouvir algumas vezes. As novenas permaneceram acontecendo desde o dia em que cheguei até minha última semana na comunidade, sendo frequentadas quase sempre pelas mesmas pessoas, as quais, depois de certo tempo, já havia decorado os rostos e mesmo alguns de seus nomes. Nas novenas, uma das rezas cantadas por Lucinea, acompanhada em coro por outros fiéis, se dava assim:



*Salve, oh Salve Antônio,  
Ouvir os rogos meus  
A misericórdia, a misericórdia, a misericórdia  
Alcançar de Deus.*

A tradição das fogueiras em Conceição dá motivo inclusive a nome de rua, a Rua do Fogo, que segundo moradores, foi nomeada assim no tempo dos “antigos” pois as casas eram feitas de palha e, ao acender o fogo, se a labareda pegasse em um dos telhados de palha, as demais casas da rua incendiavam. São João Batista, filho de Zacarias e Isabel e anunciador do Cordeiro de Deus, faz parte desse acervo de santos juninos. As primas Isabel e Maria, mãe de Jesus, estavam grávidas e ao mesmo tempo e acordaram de que quem tivesse o filho primeiro, acenderia uma fogueira para anunciar, o que Isabel o fez, em 24 de junho, dia de São João. A fogueira, para além do anúncio, representava a farta colheita. As festas juninas, em especial no Nordeste, são marcadas pela fartura e diversidade dos alimentos derivados do milho (SIMAS, 2022).

Porém, apesar de ainda haver mobilização para os festejos, as tradições têm se perdido. A quantidade de fogueiras na Rua do Fogo já não é a mesma, em parte, porque a partir de 2017 como tentativa de descaracterizar a comunidade as ruas de Conceição foram asfaltadas e a recomendação, segundo seus moradores, é de que não as faça. Apesar disso, alguns moradores fazem questão de continuar suas tradições todos os anos, acendendo suas fogueiras, assando milho e comendo amendoim na porta de casa, acompanhados de seus licores de jenipapo, dentre outros sabores tradicionais.

Em regiões do Brasil com forte expressão pesqueira, como o Recôncavo Baiano, o município de Salinas da Margarida e no próprio Quilombo Conceição, tem-se como tradição as festas e procissões em homenagem ao Dia dos Pescadores/as. Como diz Dona Zezé, São Pedro é pescador e tem sua festa litúrgica celebrada no dia 29 de junho. Além de ser conhecido por trazer as chuvas e os trovões, quando está arrumando sua casa aos céus, o santo é padroeiro dos pescadores/as, o que também é motivo de festividades. Neste dia, são comuns os festejos em homenagem ao santo, que foi condenado à morte e crucificado de cabeça para baixo, importunado por difundir o cristianismo, o que à época era motivo de perseguição (SIMAS, 2022).

Apesar dos relatos de que as festas já foram mais frequentes, assim como as de São João e Santo Antônio, algumas tradições seguem sendo recordadas, como a de tomar banho

no rio à meia noite quando a água está totalmente parada e a de sair de porta em porta perguntando se São Pedro apareceu. Esta última cheguei a participar em uma pequena caravana. Passamos de casa em casa na manhã do dia 29, perguntando se São Pedro havia passado, cantando “Xô xô meu canário, meu canário cantador...”. Se havia, éramos oferecidas licor, amendoim, dentre outras comidas típicas que algumas casas haviam preparado para a temporada de festejos.

Na tarde daquele mesmo dia estive com Dona Barbinha, uma das mães espirituais da comunidade que, em entrevista, saudosamente me relatou sobre o período junino:

Dia de hoje aqui, ah Maria... você ia gostar! Os broco, você batendo na lata e um bucado de mulher cantando, gritando, bebendo. Aí os homi, saía um bocado, batendo e cantando São Pedro. Aí ia pro rio tomar banho, voltava, chegava aqui na minha casa, entrava, sambava, tomava licor, ia embora, entrava em outra casa... aqui era beleza... mas agora, aqui? São Pedro? Agora não tem mais... fazer aquela gandaia que a gente fazia... ora Maria... cê ia gostar, de não querer ir embora mais... hoje era gandaia! Hoje cê se encontrava no caminho com os batalhão que vinha do rio que dizia água benta, ô... cê ia gostar! Cê não ia mais era querer ir pra Brasília!”

No São João deste ano, para além do clima saudoso entre as mais velhas em recordação às tradições, o quilombo seguia sem clima de festa, pois um trabalhador filho da Terra, que havia sofrido um acidente de trabalho e seguia internado em estado grave, veio a falecer.

**Figura 09 – Varal de Santos**

Fonte: Autora, junho de 2022.

### 3.2.1 – A senhora me reza?

Das práticas dos “antigos” que vivenciei, pude observar como a reza ainda se faz presente no dia-a-dia de Conceição. Praticadas por algumas das mais velhas, essas conhecidas como rezadeiras e mães espirituais, a reza tem como fim curar, exercer o cuidado, tanto físico, quanto espiritual, por meio da fé de quem as recebe e as efetua. Benzer e rezar, segundo as mulheres de Conceição, é a mesma coisa, sendo “rezar” o termo mais usado por elas e por aqueles beneficiados pelo ofício.

Dentre as poucas rezadeiras que ainda podem ser encontradas, o quilombo me indicou Dona Zeo e Dona Tapuia (em memória). Dona Zeo é uma antiga rezadeira de Conceição de Salinas, a quem também dá o nome de um dos portos de Conceição, que estava na minha rota de quase todos os dias. Cheguei a ser levada por Vânia para lhe fazer uma visita, porém a senhora se encontrava bastante doente e, apesar de ter rezado a vida inteira, devido a sua idade avançada e estado de saúde, a senhora já não reza mais. Outra rezadeira antiga do quilombo era Dona Tapuia, a quem também tive oportunidade de visitar, porém, assim como Dona Zeo, se encontrava doente e indisposta para contribuir como interlocutora deste trabalho. Em setembro deste ano, Dona Tapuia, rezadeira e mãe-de-santo do Quilombo

Pesqueiro, faleceu. Com ela, assim como ocorre quando uma mais velha vem a óbito, é levado consigo um rico acervo ancestral de sabedorias, segredos e conhecimentos, sobre as ervas, os modos de fazer e, sobretudo, acerca do território. Que Deus a tenha.

Outra rezadeira com quem estive foi Dona Vanília. Prima carnal de Dona Zezé e sua companheira de mariscagem, é conhecida por ser uma rezadeira “das antigas” de Conceição de Salinas. A senhora de 74 anos possui o dom de reza para Olhado e Campainha Caída, esta que serve tanto para dor de garganta, quanto para engasgo. Dona Vanília é devota de São Roque e mantém uma imagem do santo no quarto. Segundo sua cuidadora, Dona Vanília é uma mulher de muita fé. Para expressar a fé da senhora, a cuidadora relatou como uma vez, quando a senhora estava bem ruim de saúde, pediu que lhe amarrassem uma fita de São Roque no corpo e sua fé a curou. Infelizmente, devido a sua artrose, que a impede de ficar em pé e andar, Dona Vanília precisou interromper seu ofício.

São Roque, a quem Dona Vanília é devota, tem sua festa litúrgica comemorada no dia 19 de agosto, dia de seu falecimento. O santo é associado à Omolu/Obaluaê, orixá da doença e da cura, que, nos candomblés, também é celebrado no mês de agosto. Neste mês ocorria, em homenagem ao santo, sua tradicional festa que, segundo algumas senhoras católicas com quem conversei, era uma das maiores de Conceição de Salinas. Segundo os “mais antigos”, a Festa de São Roque adveio de uma peste que afetou toda a comunidade. Em busca de uma solução, Manoel João, um morador do quilombo pesqueiro, pegou uma imagem de São Roque e percorreu algumas comunidades vizinhas, a fim de arrecadar dinheiro e pessoas para sair em festejo para o santo, na promessa de que, com a romaria, a peste fosse embora. E assim o foi, no dia em que o homem retornou, a cura veio à comunidade e assim a romaria passou a ser uma tradição. (GAIVOTAS, 2010)

Em suas rezas, Dona Vanília também faz menção ao santo. Ao ouvir a recordação de sua cuidadora, disse a mim que gostaria que suas fitas não tivessem acabado, pois gostaria de me dar uma. À Dona Vanília fui apresentada já nos meus últimos dias no quilombo por Elionice, que disse haver, ali mesmo na Rua do Fogo, uma rezadeira prima de sua mãe e que poderia me rezar. Elionice ou Dona Zezé, agora já não me recordo, passaram o recado para a cuidadora da senhora na manhã daquela última sexta-feira em Conceição, alertando que uma tal de Maria iria lhe fazer uma visita, para fazer algumas perguntas e aprender sobre suas rezas. Naquele mesmo dia, após o almoço, fui visitar a senhora.

Ao chegar a casa, me deparei com a porta aberta, apenas com sua grade encostada, o que já me permitiu avistar a senhora magra, negra e grisalha sentada no sofá. Ela estava com as pernas encobertas no lençol, cabelo preso em coque e vestia roupas confortáveis. Na

televisão estava passando o Jornal Hoje, mas ela não parecia estar prestando tanta atenção. Pedindo licença, confirmei seu nome e empurrei a grade. Adentrando a casa pela sala, avistei dois sofás organizados em formato de L, um deles de frente para a porta e de lado para televisão. Era neste que ela gostava de ficar, que dava para o movimento de quem ia e vinha na rua.

Mal havia sentado ao seu lado, a senhora foi me perguntando se eu era a moça que iria copiar a reza, estranhando minha pouca idade, pois achava que eu também seria uma senhora. Achei graça, me apresentei e tornamos a conversar. Eu estava com meu caderno e celular em mãos, perguntei se poderia gravar-lá recitando a reza e também anotá-la. Tendo meu pedido concedido, saquei o caderno e a caneta e passei a anotar o que ela recitava, primeiro a reza de Olhado e, depois, de Campainha Caída.

Quando terminei, ela me pediu que também as copiasse para seu filho, que também queria aprender e ela não queria pedir a sua cuidadora, pois a moça era evangélica e já era muito boazinha por cuidar de seu São Roque. Para garantir que eu não tivesse deixado passar nenhuma palavra, revisamos a reza algumas vezes. Depois de garantir que havia copiado corretamente, tanto para mim, quanto para seu filho, pedi à senhora que me rezasse. Com um sorriso, disse a mim que eu era muito sabida, mas que sim, poderia me rezar, só iria cobrar caro. Achando graça da esperteza da senhora, eu propus uma troca, dizendo que já havia copiado a reza para o filho dela, então ela já poderia me rezar. Nessa hora, fomos interrompidas justamente pelo filho de quem estávamos falando, que apareceu para uma visita rápida à mãe. Dona Vanília me apresentou a ele como Maria, “que já correu a Conceição inteira”. Ali, entendi que ela já havia me notado subindo e descendo pela rua.

Quando o filho foi embora, tornei a insistir: "a senhora me reza?". Novamente com um sorriso, disse que sim, mas não poderia ser naquele horário pois, além de que jamais se deve rezar ao meio dia, a senhora, diferentemente de mim, ainda não havia almoçado. Assim, para que pudesse me rezar, pediu que retornasse ao final da tarde daquele dia, ou na manhã do dia seguinte. Nesse retorno, deveria trazer comigo ao menos três galhos de corona ou de vassourinha e que não faria mal serem do miúdo, mas que deveriam ser frescos. A corona e a vassourinha são plantas rasteiras muito utilizadas pelas rezadeiras em suas rezas, podendo ser facilmente encontradas tanto nos quintais, quanto nos passeios de Conceição. O galho da vassourinha é comprido, com vários raminhos de folhas pequenas e finas, que juntas mais parecem com espanador de poeira – e talvez por isso mesmo o seu nome. Já a corona possui as folhas mais largas, carnudas e com contorno ondulado, às vezes com este um pouco rosado.

O dia seguinte era um sábado, 02 de julho, dia da Independência da Bahia, Festa de Caboclos e aniversário de Mira, irmã de Elionice, a quem prestigiamos um almoço. Depois de almoçar, pedi a Valdete – vizinha de frente da aniversariante e com quem já havia passado uma tarde – que me arranjasse alguns ramos das folhas, com a justificativa de que serviriam para que Dona Vanília pudesse me rezar. Valdete é essa senhora de cinquenta e poucos anos que se reconhece como enfermeira de Conceição, tendo em vista seu assíduo conhecimento sobre as plantas e ervas do território e sua generosidade em consegui-las a todos que precisam e procuram por ela. De muito bom grado, como é de sua pessoa, Valdete localizou os ramos de vassourinha e os colheu para mim. Com as folhas em mãos, retornei à casa da rezadeira que se encontrava da mesma maneira que a havia deixado no dia anterior, apenas com diferentes roupas. Feliz ao me avistar novamente na porta de sua casa, disse que estava esperando por mim, o que me arrancou um sorriso.

Ao entrar, vi que sua neta estava no sofá ao lado do seu e que sua cuidadora também estava em casa. A senhora disse que iria me rezar para Olhado, reza que ela havia me ensinado no dia anterior. Assentindo, entreguei-lhe os ramos colhidos. Antes de começar a rezar, pediu que me sentasse à sua frente, de costas para a porta. Devido a sua artrose, Dona Vanília não conseguia se levantar, então pediu que eu puxasse uma cadeira vermelha de plástico próxima, que sua neta se retirasse e que a cuidadora saísse da frente da porta, que deveria ficar aberta e livre de passagem. A senhora pegou as folhas de vassourinha e colocou um ramo em sua orelha direita, que era para, caso eu estivesse de mau olhado, quando ela o tirasse, o olhado não pegasse nela.

Comigo sentada, Dona Vanília me rezou de frente, depois pediu que eu me levantasse, me rezou de costas e de frente de novo. A reza se dá enquanto a rezadeira recita a oração, no caso de Dona Vanília apenas para si, “só quem sabe é eu” como ela diz. Durante a reza, se passa a folha pelo corpo do rezado e ao terminar, se a folha tiver murchado, a rezadeira sinaliza ao rezado se ele estava de olhado, o que foi o meu caso. Dona Vanília verificou que a vassourinha estava murcha e me alertou que eu estava de olhado, dizendo que era porque eu estava andando muito, que eu andava demais.

A reza para mau olhado deve ser rezada por três dias, porém, como já era dia de sábado e no domingo não se reza, pois segundo a senhora domingo é dia de descanso e de tomar cerveja, não poderia me rezar. Eu, que já iria embora na madrugada de segunda-feira, perguntei o que poderíamos fazer. Rindo, Dona Vanília disse que, se não esquecesse meu nome, iria me rezar na segunda e na terça, à distância. E assim foi, como confirmei com ela algumas semanas depois, por ligação de vídeo. Perguntei a ela se havia me rezado e ela disse

que sim, mas disse que eu andava muito, precisava ter cuidado com “essas coisas” e me recomendou que carregasse comigo um ramo de vassourinha, para colocar no cabelo “como se fosse enfeite”, para me proteger.

Essa é uma das minhas lembranças mais queridas de Conceição de Salinas. Quando retornei a Brasília, Dona Vanília conseguiu meu número com Dona Zezé e por vezes pede a sua filha que me surpreenda com algumas ligações, sempre aos domingos.

### 3.2.2 – “A vida do pessoal aqui era na base do ‘se Deus quiser’”

Embora a proposta do trabalho se restrinja aos relatos das mulheres quilombolas, julguei pertinente, por sua riqueza, trazer a narrativa de um rezador com quem tive a oportunidade de estar por uma manhã, Seu Arlindo. Conheci Seu Arlindo através de Lucinea, que me disse ter esse irmão que poderia me contar sobre seu ofício enquanto rezador ativo na comunidade de Conceição. Bem humorado e de bem com a vida, Seu Arlindo Manuel da Conceição é um senhor de 70 anos, pescador de pouca altura, muito querido do quilombo. Ao longo da manhã que estivemos juntos, na varanda de frente de sua casa, fomos interrompidos em torno de dez vezes, por amigos, parentes e conhecidos, que passavam cumprimentando-o e chamando por seu nome.

Ainda que não tenha nascido em Conceição, reside no território desde muito novo. Seu Arlindo, como outras muitas e muitos, nasceu no Olho de Vidro, mas se mudou para o quilombo pesqueiro ainda cedo, no seu caso porque Teca procurava por uma pessoa para vender lelê<sup>22</sup> e beiju, dentre outros quitutes que produzia. Bernardina Olinda Teixeira, Teca, era filha de Filomena Curandeira, que além de ser quituteira, também produzia azeite, pescava e mariscava (SACRAMENTO, 2021). Ao tornar-se rapaz, Seu Arlindo acabou por permanecer e construir família em Conceição, pois logo viu que ali teria mais oportunidade. Cuidado por Teca, teve como irmãs de criação Lurdes, a mãe de Lucinea, e a própria Lucinea, a quem o pescador descreveu como “irmã que não tive” e a quem, ao longo de toda a nossa conversa, fez questão de declarar todo o seu amor, carinho e gratidão, pelo alimento e mesmo pelo pouco estudo que elas lhe deram, pois foi graças a elas que ele tem tudo o que tem.

Em conversa comigo, Edielso e Manu, Elionice nos relatou que o Olho de Vidro é um pedaço de mata na divisa entre o território de Maragogipe, Conceição de Salinas e o território de Jaguaripe. Nas proximidades, havia a Fazenda Olho de Vidro e a Fazenda Mata Nova e muitas pessoas, tanto de Conceição, quanto da Encarnação, vieram de l a, pelo caminho das

---

<sup>22</sup> Quitude de cozido de milho com a ugar e coco, feito com fubá de milho seco.

matas. Segundo Elionice, “O Olho de Vidro é o olho que tudo vê”, pois de lá do alto é possível ter uma visão privilegiada das comunidades vizinhas do Recôncavo, chegando mesmo a alcançar a vista da cidade de Salvador. Devido a sua localização estratégica, há relatos de que foi um local de refúgio para os negros escravizados. As terras do Olho de Vidro ainda existem, porém, àquela época, foi abandonada por muitas pessoas que buscavam uma melhoria de vida, de preferência próxima ao litoral.

Antes de adentrar às rezas realizadas pelo pescador, gostaria de relatar brevemente acerca de algumas integrantes da família a qual Seu Arlindo foi criado. Teca era irmã de Rosalinda, conhecida como Mãe Rosa, uma das principais parteiras do Quilombo Conceição. Mãe Rosa, assim como sua filha Evelina (Veveia), Dona Carminha e Dona Áurea, sogra de Seu Arlindo, eram famosas na comunidade por realizarem partos; também, enquanto as últimas praticantes desse ofício no quilombo. Segundo o rezador, Mãe Rosa é mãe de parto de quase todos os filhos da terra, “de pelo menos trinta anos pra cá”. Um pouco da história e fama dessa ancestral eu já conhecia do livro “Da Diáspora Negra ao Território das Águas”, de Elionice Conceição Sacramento (2021), em que a mestra do saber nos relata sobre sua ancestralidade e o protagonismo das mulheres no Quilombo Conceição. Além da mãe de parto, descendente da raça de Filomena, também eram irmãs da parteira Vó Eliza, avó de Dona Zezé, e Totonha do Cajueiro, reconhecidas pela autora respectivamente como suas mães de terra e de santo, como relatei anteriormente no segundo capítulo deste trabalho.

Em uma tarde na roça, enquanto catávamos marisco Dona Zezé, Del, Elionice e eu conversávamos sobre as folhas e os tempos de antigamente, na esperança do tempo estabilizar e podermos retornar à cidade. Era um daqueles dias de vai-e-vem de sol e chuva. Enquanto eu seguia empenhada em aprimorar minhas habilidades no catar dos mariscos, Dona Zezé nos relatou como se dava o ritual de partejar de antigamente.

Arrumava os lençolzinho, tinha muda de pano velho, mas a gente juntava, o povo dava a roupa velha, cortava, fazia bainha, lavava direitinho, passava e guardava. Aí já deixava o pano do umbigo pa parteira quando cortasse o umbigo botar. Curava umbigo com pó de café. Aquele pano ela curava, queimava, enfiava o umbigo ali, dobrava direitinho, enrolava com óleo de amêndoa, passava assim e enrolava com atadura, se não tivesse atadura, na fralda. Tinha aquelas camisinha, vestia, amarrava com a mão aqui ó, pa o menino ficar com a mão presa dentro pa não coçar o umbigo, não meter a mão pa não tirar a atadura do umbigo.

Botava tudo direitinho, passadinho... passava ferro, tudo dobradinho numa caixa, um balaiozinho... que não tinha guarda roupa né, agora que todo mundo tem guarda roupa. Primeiro era caixa, botava roupa na caixa de papelão. Aí era tudo organizadinho, tinha o cordão que a gente já deixava guardado, o barbante, o pó do café, comprava aquele sabonete *Johnson*... o álcool pra botar na água pra dar o banho, o incenso, quando acabava de dar o banho, vestia o menino direitinho. Agora menino já fica com a cabeça destampada, mas tinha aquela touca pra esquentar cabeça. Aí ficava um tempo as parteira ficava dando banho no menino até largar o



umbigo, aí quando largava umbigo entregava à mãe e a mãe que ficava cuidando. Aí tinha aquele cheirinho quando dava o banho, botava incenso, botava a gaza, aí ficava aquela fumaça cheirosinha... aí eu já gostava. Era umas pedrinha que botava, aí fazia fumaça.

Aí o umbigo a gente guardava pra enterra ou joga dentro d'água. Tinha gente que enterrava em lugar de poleiro de galinha, diz que era pra ter sorte com galinha... tinha gente que enterra em coisa de porco, que era pra ter sorte com porco. Outro jogava no mar, outros enterrava na porta da Igreja. Eu enterrei no quintal, pra ninguém sair daqui de perto de mim [Del e Elionice caíram no riso] (Dona Zezé, 73 anos, tarde na roça, 28 de junho de 2022)

Segundo Seu Arlindo, hoje ninguém mais faz parto, porque antigamente não tinha medicina, mas hoje “a tecnologia avançou e a gestante busca ‘seguir o rumo certo’”. As parteiras faziam os partos a partir da “experiência adquirida por Deus”, pois elas tinham “um dom, conhecimento próprio” e era da vontade delas querer ajudar e salvar vidas, tanto das gestantes, quanto das crianças.

Não é dizer que estudaram pra fazer essa coisa, era da experiência de vida, aprenderam com a escola da vida. Era a necessidade pra fazer isso e a coragem, não tinha recurso, não tinha médico, não tinha nada. ‘Vamo lá, vamo chamar por Deus’ e foram ficando famosa sendo parteiras, fizeram centenas e centenas de parto. Primeiro parto deu certo, aí segundo parto chamava ela, aí funcionava e funcionava muito bem. Era uma experiência que ela ganhava com a vida e Deus também ajudou muito né. Elas fizeram tudo isso até o tempo que tinham de fazer e tudo dava certo, não dava nada errado (Seu Arlindo, 70 anos, manhã de 21 de junho de 2022)

Ao conversar com outra mais velha do quilombo, Dona Vené, a senhora de 83 anos afirmou que Mãe Rosa “foi minha parteira o tempo todo”. A mais velha teve nove filhos e disse nunca ter dado trabalho para parir. Dentre as demais parteiras de Conceição, a senhora também se recorda de Veveia, Dona Carminha e Dona Áurea, somando a estas Matilde e Filhinha. Para Dona Vené, assim como para as demais mais velhas com quem conversei, nenhuma parteira era tão procurada nem tão sábia como Mãe Rosa, que também prestava atendimento em outras comunidades próximas, como na Encarnação e na Barra. Quando havia uma mãe ou uma criança com problema, sempre mandavam chamá-la.

Naquele tempo não tinha nada de orientação nem de nada, quem podia ir pro médico ia... porque não tinha médico, se tinha uma mulher assim de parto mais perigoso tinha que levar pra Itaparica ou pra Salvador. Quando a criança tava atravessada, ela [Mãe Rosa] desvirava e a criança nascia. E quando ela via que não dava jeito, aí mandava procurar recurso, mas o que ela podia fazer ela fazia. (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

A irmã mais velha de Dona Vené, Regina, era uma importante rezadeira na Conceição. Em vida, ensinou à irmã uma série de saberes, que Dona Vené disse ter aprendido ao observar a mais velha. Com a irmã, aprendeu a fazer xaropes, pomadas e os saberes-fazeres das folhas, mas a rezar nunca quis, pois disse não querer essa missão, visto

que é um ofício que “é de noite, é de dia, não tem hora”. Contudo, gostava de ajudar a irmã, por vezes buscando as folhas requisitadas para as rezas e remédios no fundo do quintal. A irmã rezava com vassourinha, corona para ardemorto e fedegoso para erisipela.

Erisipela é uma doença que a senhora já teve e afirma que pode dar em qualquer lugar do corpo, por um arranhão, por exemplo.

Quando cheguei no hospital que o homi olhou, disse que eu ia amputar a perna. E era Erisipela. Eu acho que ele não sabia, que eu fui com a perna enorme e eu já tinha diabete né, aí tive essa Erisipela. Ele nem olhou aí eu ‘misericórdia’. Aí eu tomei muita benzetacil injeção, aí quando eu cheguei aqui eu rezei, fiz um remédio... às vezes o médico resolve, mas às vezes o médico não resolve não viu, tem que rezar mesmo. Eles falam, mas não manda rezar não, mas a gente sabe que tem que rezar, é o conhecimento geral dos mais velho, coisas que já vem de antiguidade (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

Quanto às rezadeiras, além de sua irmã Regina, uma católica “que rezava pra tudo”, Dona Vené se recorda de Veveia e Dona Áurea, Valdelice, Tatinha e Zulmira. Com tudo, entende-se que essas senhoras rezavam para Olhado, Dor de Cabeça, Ardemorto, Erisipela, Espinhela Caída, Peito Aberto. Também se reza os pescadores e os equipamentos de pesca, às vezes mesmo de longe. A reza, segundo a senhora, é um tipo de medicina, em que as doenças são curadas. Recordando o ofício de sua irmã, Dona Vené relatou:

Reza? Minha irmã não parava menina, de rezar a gente aqui. Só vivia a fila, o povo doente, aí ia pra ela rezar. Até gente de fora... ela foi para o Rio [de Janeiro] e continuou rezando. Regina fazia de tudo. Acho que aprendeu só. Aí pegava as folha, rezava, aí às vezes ensinava banho, difumador, as coisas... aí o povo ficava bom, aí a fé ia crescendo. Ela tanto rezava quanto fazia xarope. Ela curou uma pessoa de pulmão de xarope, xarope de São Caetano. (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

Seu Arlindo se considera um rezador, mas “mais ou menos”, por dizer saber pouco em relação às pessoas que já conheceu, com muita mais experiência em relação à reza, sabendo os dizeres para Desmentir o Pé e de Corpo Estranho, duas rezas as quais tomou a liberdade de me recitar e me contar a breve história. Corpo Estranho é quando uma pessoa fica com alguma coisa presa na garganta, uma espinha de peixe, por exemplo. Essa reza, o pescador aprendeu com seus pais, que o ensinaram ainda pequeno e se dá a partir da história a seguir, narrada pelo pescador a mim.

Um dia, um senhor chegou numa casa, todo maltrapilho e pediu um agasalho. Nessa casa, morava uma mulher, seu marido e a filha do casal. O senhor primeiro pediu ao marido da mulher um agasalho e se poderia ficar por lá um tempo. A mulher disse que não, mas ele insistiu, perguntando se não teria ao menos um lugar nos fundos. Então o marido da mulher permitiu que ele ficasse em uma casinha velha aos fundos da casa, para passar a noite. O

senhor em questão não foi reconhecido, mas era Jesus Cristo e, segundo o rezador, “Deus se aproxima da gente dessa forma, não como uma pessoa bem vistosa, ninguém sabe como ele pode se aproximar da gente ou se apresentar em nossas vidas”. O marido ainda lhe deu um pouco de comida escondida e o velho dormiu na casinha aquela noite. Na manhã seguinte, o velho disse que estaria indo embora. Já a uma certa distância da casa, a filha do casal estava se alimentando e começou a passar mal, se engasgando. A mulher pediu para o homem chamar o velho que, por ter certa idade, deveria saber o que fazer. O homem foi atrás do velho, que perguntou o que houve. Explicando a situação, o velho recitou uma reza. O velho, que segundo Seu Arlindo já sabia que tudo isso iria acontecer, do maltrato pela mulher ao engasgo de sua filha, recitou a seguinte reza, que ficou conhecida como a reza de Corpo Estranho ou Engasgo:

*Homem Bom*

*Mulher mau*

*Casa velha*

*Esteira rota*

*Dormir essencial*

*Engasgo suba ou desça*

*E procure seu lugar*

(Reza de Corpo Estranho, recitada por Seu Arlindo, 70 anos, em 21 de junho de 2022).

Terminado de recitar, o velho da história foi embora. Segundo o rezador, que aprendeu tanto a reza, quanto sua história com seus pais, afirma que essa deve ser feita com um prato na cabeça da pessoa, de preferência aquele que o engasgado estava se alimentando. Homem bom, porque era o marido. Mulher mau, que tratou o velho mal. Casa velha, esteira rota, foi o espaço que colocaram o velho para dormir. Essencial, porque a mulher não quis oferecer jantar. E a parte do engasgo, que a filha teve no dia seguinte.

Além dessa reza, outra recitada pelo rezador era de Desmentir o Pé, que é o mesmo de torcer o pé. A reza também serve para desmentir o dedinho. Para essa, Seu Arlindo é procurado principalmente pelos meninos de Conceição, que por vezes torcem o pé jogando bola. A reza de desmentir o pé deve ser feita por três dias seguidos e vai mais ou menos assim:

*São Cosme e São Damião  
Mestre Osso Rião  
Da casa de nosso Senhor Jesus Cristo  
Jesus Cristo em carne nasceu e em carne ressuscitou-se  
E assim como Jesus Cristo em carne nasce e em carne ressuscitou-se  
Encarne esse osso que aqui faltou-se  
Com os poderes de Deus e da Virgem Maria*

Ao final, reza-se um Pai Nosso e uma Ave Maria.

(Reza para Desmentir o Pé, recitada por Seu Arlindo, 70 anos, em 21 de junho de 2022).

Seu Arlindo se autodefine enquanto um homem católico de muita fé, faz suas orações todos os dias, conversa com os falecidos e com as pessoas que já conheceu. O senhor afirma não ter hora nem dia para rezar e não cobra por isso, pois "a palavra de Deus não tem hora" e "a palavra de Deus não se vende". Para o rezador, o efeito da reza depende da fé, "que deve ter suas palavras confiadas, tanto por aquele que reza, quanto por aquele que é rezado". Todavia, apesar da confiança, o rezador diz que quando não se têm efeito da reza, pede para que as pessoas procurem "uma pessoa que estudou, fez curso", para que busque resolver o problema. Para ele, agora que a medicina existe, as pessoas recorrem cada vez menos à reza e à natureza.

Antigamente, quando os médicos não chegavam a comunidade, então os mais velhos recorriam muitas vezes à natureza, antigamente quando não tinha medicina eram as plantas que resolvia; antigamente medicina mais restrita; por meio de um conhecimento que eu arlindo chamou se "se deus quiser". Hoje, você pode recorrer a natureza, mas caso a natureza não der certo, você ainda tem a alternativa de ir ao médico. Segundo Seu Arlindo, as pessoas ainda recorrem à natureza, principalmente os mais velhos, mas podem utilizar-se dos chás, por exemplo, para aliviar as dores e os sintomas até conseguir uma consulta, o que, no posto de Conceição, pode demorar.

Diferentemente da reza de olhado de Dona Vanília, Seu Arlindo afirma que suas rezas não precisam das folhas. Além disso, apesar de já ter sido de candomblé quando jovem, "bateu coro e tudo" porque achava bonito, mas quando ficou mais velho e com a mente, segundo ele, "mais amadurecida", parou de frequentar. Reconhece que o catolicismo faz parte do candomblé e continua achando bonito, mas não participa mais. As rezas de Seu Arlindo são para problemas físicos. Quando perguntado, afirmou não saber identificar doenças

espirituais, porque não acredita nelas. Contudo, entende que existem espíritos que podem encarnar nas pessoas e de fato afetar o seu bem-estar.

### 3.2.3 – Plantas de casa, santas do mato

As plantas se fazem presentes no cotidiano da população pesqueira e quilombola de Conceição. Em diferentes momentos, pude presenciar conversas em que eram receitadas entre si determinadas ervas e folhas. Além de tratar das doenças, as plantas se fazem presentes como folhas de arruda ou vassourinha atrás da orelha, que como alertado por Dona Vanília, serve para afastar o mau olhado. Também, me recorde de um episódio quando estávamos no Campo da Bola que reparei em uma mulher passando folhas para outra em um aperto de mão, como quem se passa dinheiro escondido. E como as pessoas são generosas no ofertar das plantas, sempre alertando quem tem pé de que em casa e dizendo que se a pessoa precisasse, poderia passar para pegar uma muda.

A partir desses exemplos, que apareciam quase que de graça às vistas das minhas andanças, passei a mapear as pessoas que eram “entendidas” das ervas, seus poderes e encantamentos. Como sinalizado em outro momento desse trabalho, esse mapeamento foi feito a partir de indicações do próprio quilombo a mim. Assim, a seleção das interlocutoras era feita na quantidade de vezes em que ouvia falar de seu nome e, claro, diante de sua disponibilidade para me receber. Assim, as conversas com as interlocutoras se davam em suas salas, nas cozinhas de casa, enquanto mariscavam, preparavam o almoço ou em caminhadas.

Dona Vené foi uma dessas senhoras que se disponibilizou para me receber. Entendida de plantas de Conceição, adquiriu seus conhecimentos observando os mais velhos, em especial sua irmã Regina, que era uma conhecida rezadeira de Conceição. Ao perder seus pais ainda criança, Regina, irmã mais velha, tomou conta de Dona Vené e “assumiu toda a responsabilidade”.

Sobre as plantas, Dona Vené relatou que

Eu conheço algumas plantas porque a gente vai aprendendo né.. eu mesma se eu fazia um xarope eu botava aqui que eu sei que é bom pra aquela doença. Aí não vê falar não sei quantas ervas, aí é isso mesmo. Eu vou fazer um xarope de cajueiro, aí tem o cajueiro branco e o cajueiro vermelho, aí eu boto um pedaço de cada um. O entrecasca do cajueiro, da manga... a manga eu boto uma ou duas folha da manga também. Aí é bom pra catarro, pra gripe. O algodão, a folha da costa, a folha ou a flor. Menino com problema de dente, a gente faz o chá da flor do algodão. Aí eu ajunto um bucado de folha, aí eu faço um xarope. Uns eu boto a folha, outros bota raiz, bota o entrecasco, aí a vassourinha a gente bota a raiz. Você arranca, corta a parte da raiz pra botar no xarope. A raiz da carqueja, parece com vassourinha, mas ela tem aqueles gomozinho parecendo uma frô, aquela é a carqueja, mas o povo toma até pra emagrecer. É muito boa pra tosse. Aí eu junto um bucado de folha, aí eu boto a quantidade do açúcar que eu quero fazer o xarope, tiro, aí eu boto levo erva doce,

três dentinho de cravo, se tiver folha de canela você bota, se não tiver você bota um pedaço da canela, deixa ferver, aí cê coa todas juntas bem lavada, aí você cunzinha. (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

Os xaropes caseiros, que se assemelham ao lambedor, sendo aqueles de textura mais fina, por se deixar cozinhar por menos tempo. Dona Vené explica que o xarope também é diferente do chá, pois além de ser mais grosso, se coloca a quantidade de ervas que quiser, diferente do chá. Além disso, o xarope se cozinha com açúcar, a medida se dá dependendo do ponto ou grossura que se quer. Quando cozido, no xarope acrescenta-se erva doce e cravo, então se é coado. Após esse procedimento, quando for colocar a mistura no frasco, é coado o líquido novamente com um pano bem fino, para não passar o sumo. A senhora gosta de fazer xarope de abacaxi, em que coloca a bota, acrescenta folhas como as de manga espada e vassourinha. Essa combinação faz bem para o catarro.

Dona Vené, mãe de professora Dorinha, afirma ter sido curado pelas folhas, em uma ocasião em que esteve bastante doente, recorreu aos chás e também a sua fé, pois afirma ser uma mulher que crê muito em Deus.

Eu fiquei boa com o picão. Eu tomei pra hepatite e fiquei boa com ela, com o chá. Tomava todo dia. Minha nora que me ensinou. Não podia me sentar, não podia fazer nada, passei maus bocado. Aí vai pra aqui, vai pra ali, faz exame disso e nada. Aí fui pra um médico, aí quando chegou ele passou um exame pra fazer, aí foi levar, quando ele foi me examinar disse: “a senhora tá com princípio de hepatite”, aí ele me passou pra outro médico em outro lugar. Aí já foi outros exames, aí ela mesmo, minha nora, me ensinou, quando voltei pro médico já tava boa. (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

Já para fazer pomada,

Pra fazer a pomada você bota de infusão tudo no álcool. Corta tudo e bota no álcool numa vasilha tampada, aí você bota de infusão, depois com uns oito dias, aí você coa e usa no que quiser. Dentro de casa, tudo bem limpo. A gente fazia com vaselina, mas agora tá mais difícil de achar, aí você pode usar a banha de... esqueci, mas gostei de fazer com a de porco, achei que deu bom resultado. Aí você faz... tem pra ferimento, tem pra dor, aí você faz com a folha pra dor... (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

A senhora também fazia comprimidos de argila para vender que, segundo ela, ajudam no tratamento da anemia.

A gente pega argila, mas não é qualquer argila. Não pode ser na beira de estrada, você tem que tirar argila num lugar neutro, que não tenha movimento. Aí você tem que tirar argila, tem que secar, passar no sereno e no sol, leva uns três dia fazendo isso. Aí quando ela tá bem seca você pisa e aí passa num pano bem fino... você molha, vai molhando e vai fazendo. Quando ela tiver em ponto, bem batida, aí você vai fazendo o comprimido. (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

Os conhecimentos de Dona Vené e sua vontade de ajudar o próximo, “não podia ver um doente que já estava dando a frente”, proporcionaram uma fama que, tudo era “vá perguntar a Dona Vené”. Hoje, a senhora não é mais tão procurada pois, devido a alguns problemas de saúde, passa bastante tempo fora da comunidade. Também, não ensina mais esses conhecimentos, em muito por causa do que entende como “progresso”.

Hoje eu já não ensino mais se vier alguém assim, porque o povo só acredita no remédio de farmácia, aí vem me pedir eu digo não. Eu estudo mata, tudo faz mal... não ensino. Antes primeiro, misericórdia... se der um chá a pessoa morre, foi você que matou. Hoje tem médico, antes não tinha. (Dona Vené, 83 anos, manhã de 19 de junho de 2022).

A senhora é católica e já foi ministra da eucaristia da comunidade. Seu nariz estava sempre com um pó preto. A senhora era responsável por fazer visitar, pesar e medir as crianças e no acompanhamento da saúde das crianças e das grávidas. Nessa época, era voluntária da Pastoral da Criança, que segundo Lucinea, que também era voluntária, salvou a vida de muitos dos “mais pequenos” de Conceição.

Dona Vené trabalhava muito, a gente né, a comunidade, ajudava algumas pessoas. Eu era jovem, eu [Lucinea] já tinha meus filho... há quase trinta anos, né Vené? A Pastoral da Saúde aqui foi na época do Padre Francisco. Tinha criança daqui que nem andava [...] Esse casca de ovo, farelo de trigo, porque os menino daqui, os porcos eram criados junto, aí tinha menino que andava descalço, não tinha calçado, era tudo barrigudo, tinha uma dificuldade de andar... até hoje um [homem] da família ali diz que ele agradecia muito à Pastoral da Criança porque a mãe dele falava que eles andaram através dessa farinha. (Lucinea, manhã de 19 de junho de 2022).

A farinha de multimistura se torrava e se colocava na alimentação. Segundo as senhoras, as voluntárias da Pastoral passavam nas casas das famílias, ensinavam às mães alguns alimentos naturais para saúde, em um momento em que havia muita desnutrição no país. Nessa época, foi ensinado muita coisa, até mesmo como cuidar de ferimentos. Esses conhecimentos eram passados através de cursos e que a partir da pastoral às crianças e suas mães tinham melhoras significativas, o que evitou muitas mortes na comunidade. Esses conhecimentos, acrescidos dos saberes que as mulheres aprendiam com suas mães velhas, foi o que salvou muitas vidas na comunidade, pois o acesso à medicina de hospital era escasso na região. Assim, essas mulheres serviam como espécie de “farol” na comunidade, pois se não houvesse pessoas “entendidas”, o número de pessoas que teriam falecido de doença teria sido bem maior. Também, detinham o dom, não só dos conhecimentos, mas de confortar os enfermos, expressando generosidade e segurança no lidar com o adoecimento.

**Figura 10** – Dona Vené em seu quintal



Fonte: Autora, junho de 2022.

Entendendo essas interlocutoras enquanto terapeutas populares (GUIMARÃES, 2020) ou profissionais da saúde de formação tradicional (IBÁÑEZ-NOVIÓN, 2012) do quilombo, na verdade algumas se denominavam, em tom de brincadeira, como “Enfermeiras de Conceição”, como foi o caso de Valdete, uma senhora de sessenta e poucos anos, que tirou uma tarde para conversar comigo. Minha ida à casa de Valdete foi no feriado de Corpus Christi. Para variar, o tempo estava nublado. Eram por volta das 15hrs quando cheguei a sua casa, quando a avistei já esperando por mim com certa empolgação. A mulher negra era magra, não passava de 1,60; estava com uma saia jeans até os joelhos, uma blusa de malha rosa choque escrito *love* repetidas vezes, em diferentes cores e tipografias; cabelo preso em coque e chinela, predominantemente lilás. Nossa conversa se deu em parte no sofá de sua sala, em parte em seu quintal, que é compartilhado com os fundos da casa de sua irmã Peu e seu marido Del, este irmão de Elionice, para que ela pudesse me mostrar suas plantas.

O quilombo havia me dito que Dete era uma grande conhecedora das ervas do território, então comecei nossa conversa por aí, perguntando de onde vinha essa fama, o que a fez ir logo achando graça. Filha da Terra, assim como seu pai que, segundo ela, era um



pescador-namorador e que não perdia uma festa em Maragogipe. Sua mãe, de Araripe, foi para Conceição por causa do marido. Dete teve apenas uma filha, Ruth, que há pouco teve o segundo filho, o qual Dete tem dedicado seu tempo a ajudá-la. Na antiga roça de sua família, em frente às casas populares aos fundos da Coroa do Garro, Mangueiras de Pequeno – este era o pai de Valdete. Faziam farinha e beiju, passavam tardes e tardes ralando mandioca. Sua mãe, Dona Didi, não mariscava, mas gostava de plantar e de mato; pegavam lenha no mangue, faziam doce de carambola e de caju.

A mãe de Dete faleceu dormindo, de “morte bonita”, e foi ela quem ensinou à enfermeira de Conceição sobre o saber-fazer das plantas. Além de ser entendida das ervas, sua mãe também era uma rezadeira na comunidade de Conceição e sempre rezou a quem por ela procurava, em especial às sextas-feiras, porque “sexta-feira é o dia melhor que tem”. Dete recorda como era bonito ver sua casa se encher de gente em dia de reza. As rezas de Dona Didi acompanhavam vassourinha, corona e alfazema, que ia passando no corpo da pessoa. Essas rezas eram feitas durante três dias seguidos e depois o rezado retornava em quinze dias, para ser rezado novamente. Dete relata que sua mãe também a rezava e aos seus irmãos; seis ao todo, um falecido. Assim como sua mãe, prestativa e generosa no ajudar das pessoas, Dete também é católica e frequentava as missas no Centro de Convivência.

Além das andanças pelas ruas e visitas aos quintais das “mais antigas”, também busquei conhecer os matos de Conceição. Em uma tarde, Lene, Tonho e Lívia me levaram para fazer um passeio na Mata da Sapucaia. Lene, irmã de Elionice, com quem estava andando bastante em campo, me convidou para que pudesse aprender, para além das plantas “de rua”, sobre as plantas de mato. No mato, temos o que Tonho sinalizou como os “verdadeiros”. O ingá, por exemplo, é um fruto, mas há diferentes tipos de ingá, como o de macaco, o mirim e o ingá verdadeiro, que é o encontrado no mato. Assim, o adjetivo “verdadeiro”, que acompanha o nome de algumas plantas, folhas e frutos, pode ser entendido como planta que se encontra no mato. Segundo Tonho, as plantas da rua são sempre maiores que as da natureza, porém, as folhas do mato agem de forma mais rápida sobre o doente, o que também se deve à poluição. As plantas do mato, as verdadeiras, são as mais saudáveis.

Tonho morou um tempo no mato e, assim como seus mais velhos, tem intimidade com as plantas; também, porque segundo ele, sua mãe sempre lhe ensinava. Apesar da “medicina dos homi tá mais avançada”, como reconhecido por Tonho, tanto ele, quanto Lene e Lívia permanecem recorrendo às matas e às folhas para manutenção de sua saúde.

A minha mãe em vida ela sempre me ensinava. E meu pai também ele conhece muito. É tanto que hoje a medicina dos homem tá mais avançada, as pessoa que morou distante da cidade, que meu pai é daquele tempo antigo, ele num moro

totalmente dentro da cidade... então aquelas pessoa antiga, eles acreditava muito na medicina da natureza. E ali, de geração em geração, cada um foi passando um pros outro. Aí... a cobra mesmo, hoje se você for picado por uma serpente, você tem o soro no hospital, mas antigamente não precisava ir pra hospital, que o próprio fígado da serpente a gente tirava e comia. Pronto, já tava curado.

O pedido para ser apresentada aos seus quintais, os passeios nas matas de Conceição e as tantas andanças com as mais velhas do quilombo se intensificaram quando percebi que o averiguar das plantas facilitava no resgate de suas memórias. Assim, em vez de conversarmos sentadas, nas salas ou na cozinha, passei a sugerir que fossemos para o quintal. Dessa forma, grande parte das entrevistas passou a se dar em movimento. De qualquer maneira, algumas conversas já estavam se dando em movimento, em suas cozinhas, por exemplo, enquanto algumas senhoras preparavam o almoço ou realizavam algum afazer doméstico. Também gostava de pedir para que me ensinassem seus modos de fazer chá, que ervas gostavam de combinar, em qual panela o ferviam, qual era ponto de fervura da água, se deixavam as ervas descansando na panela, ou não, e assim por diante. Por vezes, tomávamos algumas xícaras juntas.

Nos trajetos do dia-a-dia, entre uma entrevista e outra, na volta para casa ou para a roça nos horários das refeições, passei a me perceber, quase involuntariamente, verificando atentamente as plantas que cresciam nos passeios e nas esquinas rompendo asfaltos e calçamentos em ato de resistência. Minha intenção era de conseguir identificar as plantas ensinadas pelas mais velhas. Comecei a reparar que as plantas se repetiam, sendo comum encontrar quase sempre os mesmos pés, como São Gonçalo, Quebra-Pedra, Brilhantina, Favaquinha Mole, Hortelã, tanto do gráudo quanto do miúdo, Boldo, Tapete de Oxalá, dentre outras várias. Portanto, que fossem nos quintais das casas das interlocutoras, que fossem nos batentes, passeios, concretos, ou mesmo nas roças, me vi aprendendo, junto dessas mulheres, a identificar as plantas medicinais do território e quais eram suas utilidades. Se eu realizava uma entrevista pela manhã, era muito possível que, no período da tarde, por exemplo, tivesse contato com algumas das mesmas ervas. Foi assim também que assimilei que, ao menos entre as mais velhas, havia um conhecimento comum, em que a grande maioria saberia dizer para que determinadas folhas serviam.

Os saberes-fazeres adquiridos pelas senhoras, em sua maioria, se davam a partir de suas ancestrais, de sangue ou de consideração. E mesmo das demais mais velhas da comunidade, que não eram necessariamente da mesma família, mas matriarcas de referência. Buscando acionar essas redes de parentesco, percebi que as redes de apoio e de solidariedade extrapolavam o parentesco de sangue, haja vista as relações de amizade, irmandade e

vizinhança que passam de décadas. Por vezes, as senhoras diziam que lembravam umas às outras na infância, na adolescência, de forma que as descrições dessas plantas também costumavam vir acompanhadas de histórias e memórias afetivas relacionadas às suas ancestrais. Era recordado os cuidados que essas matriarcas antigas de Conceição tinham com as interlocutoras, como suas enfermidades eram tratadas, quais chás ou remédios naturais tinham costume de tomar quando ainda eram “mais pequenas”.

Nessas idas e vindas, entre ervas, memórias afetivas e andanças, por sugestão de meu amigo Edu, passei a construir em conjunto com essas mulheres uma tabela de plantas e seus usos, como forma de registro da memória. A dinâmica funcionava da seguinte forma: à medida em que ia visitando-as, ia dizendo quais já haviam sido inseridas. Era divertido também porque, dependendo da planta e da explicação, era possível anunciar quem tinha dito qual, então gerava uma dinâmica entre as interlocutoras. “Ah, fulana sabe mesmo, ela quem me ensinou isso” ou “Nossa, mas fulana não disse tal planta, deve ter se esquecido...” e assim por diante. Os conhecimentos orais, por vezes, me colocaram em dúvida em como registrar as nomenclaturas das plantas, como foi o caso de Melissi, Milici, Malícia, Melissa.

Abaixo, segue tabela construída coletivamente com as mais velhas do Quilombo Conceição.

**Tabela 01 – Plantas e Usos**

Planta	Para que serve	Modo de Preparo	Obs.
Abacaxi (casca)	Gripe; Diabetes	Xarope	
Abóbora (flor)	Diabetes	Chá	
Acerola (folha)	Gripe	Chá Xarope	
Algodão (folha)	Inflamações; Pós-cirúrgico; Limpeza; Cólica; Cicatrização	Chá; Sumo; Banho;	
Alho	Gripe; Imunidade; Picada; Corte;	Chá – gripe; Manter no bolso quando for para a Mata/Maré para	

Planta	Para que serve	Modo de Preparo	Obs.
	Proteção	afastar más energias; Passar no local – corte/picada de inseto	
Alumã	Digestão; Fígado	Chá	Não pode combinar com tapete de Oxalá; amargo;
Amescla	Gases; Inflamação no rim	Chá	Tem uma cera, como uma borracha, que fica gostosa de se colocar na água
Amora (folha)	Açúcar; Pressão; Menopausa; Desinflamatória; Colesterol	Chá	
Araçá mirim	Diarréia	Chá; Mastigar folha e engolir sumo; também pode machucar a folha e espremer em um pano	Azedo; não é goiaba
Aroeira	Garganta; Banho de assento	Gargarejo; Chá para o banho	
Aroeira Vermelha	Ferimento; Inflamação	Cozinha o entrecasco e coloca na ferida; Banho de Assento	
Bezetaçil (folha)	Antinflamatório	Chá	
Brilhantina	Cólica	Chá	
Buticudo Verdadeiro	Coceira (banho) Dente (raiz da planta)	Chá – raiz Banho – cozinha e deixa tomar sereno, depois toma o banho	
Cabeça de Formiga	Cólica	Chá	
Cajueiro Bravo	Arear panela		

Planta	Para que serve	Modo de Preparo	Obs.
Cajueiro Vermelho	Diabetes	Chá - entrecasco Na água/vinho - coloca o entrecasco e vai tomando	
Cana-de-Macaco	Hepatite, Doença no fígado; Diabetes	Chá	
Cansação vermelho	Infarto	Chá	
Caieba	Rim; Intestino; Fígado; Diabetes	Chá	
Capim Santo	Gripe; Pressão; Calmante; Febre	Chá	Adicionar folha de Acerola e Maria Preta para gripe
Carqueja	Emagrecer	Chá e Xarope	Parece vassourinha
Castanha de Cajú	Coluna	Sempre levar no bolso	Não tirar do bolso
Cebola (casca)	Estômago; Pressão	Chá	Para o estômago, adicionar folha de louro
Cecê	Febre	Chá	Uma das folhas favoritas de Lene
Cidreira	Pressão; Calmante	Chá	
Coentro de Burro	Coração; Gripe	Chá e Tempero	Fica uma delícia na moqueca
Corona	Carga de Olho (quando amanhecia com olho fechado); Pra quando a pessoa tá “variando das ideias”	Reza; Banho de cabeça;	
Dente de Leão	Gordura no fígado; Estômago	Chá – com folha, raiz e tudo	
Erva de Passarinho	Garganta	Chá e Sumo	Se fizer o sumo, tomar em jejum

Planta	Para que serve	Modo de Preparo	Obs.
Erva Doce	Estômago; Calmante	Chá	
Espinho Cheiroso	Inflamação no ovário	Chá	
Favaquinha de Cheiro/ Cheirosa	Tempero; Coração		
Favaquinha de Cobre/Coração de Vidro	Cólica; Vistas, Diarréia; Infecção Urinária	Chá – cólica Vistas – pega um grão e coloca no olho, para que ele corra no olho, localize o cisco/sujeira e o coloque para fora	Também pode colocar no xarope
Fedegoso	Frieira; Matar fungo; Coceira	Pisa, faz uma pasta da folha e aplica no local	
Folha da Costa/Saião	Gripe	Xarope	
Folha de Louro	Digestão; Verme; Labirintite	Chá e tempero	
Folha do Urubu	Piolho; Antinflamatório	Chá – para febre, deixa água ficar morna e “leva sobre a pessoa”; Piolho – cozinha sem deixar ficar como o ralo na água (como o chá) e depois banha o cabelo	
Graveola (folha)	Baixar açúcar; Pressão; Colesterol; “Para doença ruim”	Chá	
Guiné	Banho		
Hortelã Fino (do miúdo)	Calmante; Verme; Imunidade; Rinite; Cólica	Chá Tempero	

<b>Planta</b>	<b>Para que serve</b>	<b>Modo de Preparo</b>	<b>Obs.</b>
Hortelã Grosso (do graúdo)	Tempero		
Jamelão (folha)	Açúcar; Colesterol	Chá	
Jenipapo (folha)	Anemia; Fraqueza; Gripe forte	Chá	
Laranja da Terra	Gripe	Chá	Adicionar Capim Santo e Cidreira
Língua de Vaca	Queimadura Xarope	Colocar no ferimento Tempero; Catarro	Se coloca no caruru, salada e sopa
Mal-me-quer	Desinflamatório; Garganta; Dente	Chá; Gargarejo	
Malici/Malícia	Desinflamatório	Chá	Ao ser arrancada ela se fecha
Malva	Dor de dente; Desinflamar gengiva; Furúnculo; Garganta;	Chá	
Mamão (folha)	Digestão	Chá	Amarga
Manjericão	Respiração	Tempero; Chá Banho	
Marcela Galega	Diabetes; Dor na barriga	Chá	Se compra fora de Conceição
Maria Preta	Gripe; Catarro; Desinflamatório	Chá, Reza e Xarope	
Matruz/Mastruz	Gripe; Tosse; Torção; Verme; Desmentir braço	Chá;  Gesso - Se pisa a folha com sal e vinagre e aplica como uma atadura, imobilizando o local.	Pode doer bastante quando aplicar a atadura no local. Deve-se repetir o processo diariamente, até melhorar. A depende da gravidade, deve-se ir

Planta	Para que serve	Modo de Preparo	Obs.
			puxando o deslocamento para o lugar.
Melissi	Cólica; Coração; Calmante	Chá	Parecida com Erva Cidreira
Moringa	Fígado	Chá	
Murici Branco	Desinchar; Pulmão	Banho Chá	
Murici Vermelho	Emagrecer	Chá	
Murta	Se alimpar		Macia
Nicuri (coquinho)	Vistas	Coloca no olho	Do coquinho se faz o Óleo de Nicuri
Pau-de-Leite		Chá Banho de cheiro-forte;	O chá se faz com a folha, não com o leite do entrecasco
Pinha (folha)	Labirintite; Tontura; Formigamento; Dormência; Colesterol	Chá	
Pitanga	Febre; Gripe; Bronquite; Inflamação	Banho; Xarope	Não pode se misturar no vento/tomar sereno, porque a pessoa pode ficar inchada
Popombo/ Canela de Velho	Estômago; Dor nas pernas/canelas; Ossos; Emagrecer	Chá; Pomada; Banhar as pernas; Sumo	
Pulga de Campo	Inflamação; Para criança botar dente ou quando o dente já está rasgando a gengiva	Chá Se corta a raiz e a folha, coloca 03 carocinhos no local do dente	
Quebra-pedra	Pedra no rim; Vesícula; Lombar;	Chá	A Quebra-pedra do mato é miúda



<b>Planta</b>	<b>Para que serve</b>	<b>Modo de Preparo</b>	<b>Obs.</b>
	Dor nas nádegas		
Quioiô	Circulação; Colesterol; Dor nas pernas	Banho – cozinha a água e banha o local dolorido Tempero Chá – com Hortelã Fino (verme)	Na comida se coloca na galinha e no feijão
Rompe-gibão	Gripe; Catarro no peito	Xarope – pisa com leite	
Sabugueiro (folha)	Sarampo; Catapora	Chá	Milho – bota para fora os caroços de Sarampo e Catapora
Sangria	Colesterol Pressão	Chá	
São Caetano (folha)	Verme; Imunidade; Limpar organismo de catarro e gordura	Chá; Xarope; Sumo – verme	Não se deve colocar o anel; também se lavava roupa
Tamarino (folha)	Diabetes	Chá	
Tapete de Oxalá	Dor; Estômago; Fígado	Chá	Não misturar com Alumã; amargo
Transagem	Inflamação; Ovário; Útero; Garganta	Chá; Gargarejo; Banho de Assento	Primeira planta medicinal que aprendi na Conceição. Uma das favoritas de Elionice.
Vassourinha	Gripe	Chá e Reza Chá para criança – cozinha a raiz da vassourinha	Existem dois tipos de Vassourinha, a de árvore e a de relógio.

Fonte: Construção conjunta com o Quilombo Conceição

### 3.3 – “Sem folha não tem Orixá”<sup>23</sup>

As práticas de terreiro, o encantamento das plantas e as orientações dos orixás, guias e encantados, para além de expressão de uma religiosidade, se fazem presentes em Conceição de Salinas enquanto prática de saúde e cura. Em Conceição de Salinas, as práticas e sabedorias de terreiro têm papel fundamental no bem-estar das pessoas, integrando, inclusive, as práticas de saúde locais.

No período da colonização, as práticas de saúde afroameríndias de domínio da fauna e flora brasileiras, foram fundamentais para a continuidade da vida e da saúde entre a população negra, indígena e mesmo de outros segmentos da população à época, em um momento em que as políticas de saúde eram escassas ou mesmo inexistentes no país. As mulheres negras foram articuladoras e primordiais executoras desses saberes. (NOGUEIRA, Guilherme; AZEVEDO, Maria Marcelina; DIÉNE, Aisha. 2022).

A partir das primeiras conversas e entrevistas, percebi que a comunidade estava me indicando muitas mulheres entendidas de folhas e ervas, contudo, em sua maioria, eram católicas. Compreendi que não seria justo que a pesquisa se baseasse apenas no conhecimento e na tradição dessas mulheres, então, se em um primeiro momento estava em contato com mulheres mais velhas que sabiam acerca dos poderes das folhas e ervas e suas práticas de saúde e cura, em um segundo momento, passei a também abranger a pesquisa – após uma certa intimidade com as interlocutoras em campo – às chamadas zeladoras e mães-de-santo.

Dentre algumas indicações proferidas pelo quilombo, surgiram os nomes de Dona Silvinha, Dona Barbinha, Dona Raimunda e Rita. Infelizmente, por questões de saúde, Dona Silvinha não pode ser entrevistada para o contexto deste trabalho. Saliento que as discussões relatadas nessa seção do trabalho não são capazes – e nem intencionam – abarcar, em sua totalidade, a complexidade das relações e sabedorias de terreiro. Dito isso, trago alguns relatos de três mães-de-santo de Conceição de Salinas, Dona Barbinha, Dona Raimunda e Rita. Dona Barbinha é mãe de santo de Umbanda de Linha Branca, assim como o de Dona Silvinha. Já Dona Raimunda e Rita, são mães-de-santo do candomblé Ketu.

A primeira responsável frente a uma casa de religião de matriz africana/afro-brasileira que tive a oportunidade de conversar foi Dona Barbinha, zeladora<sup>24</sup> de um Centro de Umbanda de Linha Branca. À casa de D. Barbinha, fui três vezes. Na primeira, com Lucinea; na segunda já fui sozinha, a fim de dar continuidade à conversa da primeira e, por fim, na

---

<sup>23</sup> Sabedoria de terreiro dita por interlocutora em entrevista.

<sup>24</sup> Segundo Reijane, a primeira filha-de-santo Dona Barbinha, zeladora ou zelador é a pessoa que está à frente do Centro de Umbanda, cuidando tanto das entidades, quanto das filhas e filhos-de-santos.

terceira, para prestigiar a tradicional Festa de Caboclos do dia 02 de julho. Na primeira vez, levada por Lucinea, era solstício de inverno, como me recordo de ter ouvido naquela manhã no jornal local BATV enquanto tomava café com Dona Zezé. Esperei o sol à tarde, para poder sair, ir à Lucinea e de lá até a casa de Dona Barbinha. Naquela tarde, por volta das 14hrs, a maré estava seca.

No dia de minha primeira visita, Lucinea e eu chegamos sem avisar. Ainda de fora, ecoamos um “ô de casa” e perguntamos se podíamos entrar e ouvimos ao longe uma voz dizendo que sim. Aos fundos, avisamos essa senhora negra de pele escura, alta, usava óculos, com um coque para cima da cabeça, vestida com roupas de ficar em casa, Dona Barbinha tem um nariz e boca largos, é uma mulher do sorriso gigante, com a voz forte e ao mesmo tempo um pouco rouca. A senhora estava sentada em um banquinho de altura média, com uma bacia entre as pernas, descamando peixe. Articuladora como é, Lucinea foi nos apresentando, enquanto eu me impressionava com seu engenho no descamar do peixe.

O Centro é de Missão de Umbanda de Linha Branca, o que significa dizer, à breve maneira que a zeladora descreveu, que lá eles trabalham apenas com a linha das águas e das matas. Na linha das águas, dentre algumas das entidades cultuadas, estão Iemanjá, Nanã, Janaína e Ogum da Ronda. Já na linha das matas, caboclos, boiadeiros e capangueiros. As oferendas se dão com água, flores e perfumes. Além disso, realizam consultas, trabalho de limpeza e vigília de madrugada. Dona Barbinha tem 55 anos de Umbanda e tem seu Centro há 22 anos. Suas atividades deram início devido a um sofrimento na infância, em que vivia doente, sofrendo de desmaios repentinos que médico nenhum identificava o que a menina tinha. Passou a frequentar o terreiro na intenção de se tratar, até que lhe foi dito que deveria ter o seu, o que não era de sua vontade porque se era para a saúde, ela queria, mas não queria ter que cuidar das pessoas também.

As conversas entre as senhoras se davam em tom de troca de conhecimentos, de forma que não havia jeito “mais certo”. Muitas vezes, nos relatos das mães espirituais, as frases eram começadas com “Aqui na nossa casa...” ou “No meu conhecimento...”, dando a entender que respeitavam e não eximiam o conhecimento das outras mães ou pais-de-santo, mas que tinha propriedade nas maneiras de fazer de suas roças.

A roça, além de lugar para plantar, também era, por parte do povo de santo, referência aos terreiros da comunidade. No que concerne às folhas, tudo se começa no mato. Rita disse que cada orixá tem folhas específicas, que devem ser colhidas, ou em caso de não haverem na comunidade, como foi sinalizado ser o caso da corona, devem ser compradas, mas sempre frescas. Para Oyá, por exemplo, utiliza-se pata de vaca. Para Oxóssi, São Gonçalinho. Para

Logunedé, vitória-régia e angélica do sertão. Para Omolu, canela-de-velho. Para Exu, cansação, comigo-ninguém-pode.

As ervas devem ser colhidas por uma pessoa entendida. Além de cada orixá ter sua erva, cada um serve para uma coisa. Após buscar as ervas no mato, há o processo de quinar as ervas, em que se esfregam as folhas e se dá o processo de purificação, em que se fazem os banhos e os chás. Dona Raimunda, me relatou acerca, por exemplo, de Ossain, que é o orixá responsável pelas folhas, que as tira para fazer a cura, os remédios, os chás e os banhos. Para fazer uso das folhas, a mãe-de-santo orienta que deve-se pedir licença e bença. Nos saberes-fazeres, essa mãe-de-santo é orientada por seu pai Oxóssi, que, às vezes por intuição, por outras sonhos, lhe orienta o que deve ser dito e feito.

Rita disse que muitas pessoas vão à sua roça para se cuidar, alguns ficam, outros fazem apenas o tratamento. Os ifás, jogo de búzio, que lhe dão orientação para recomendar como realizar o tratamento com a pessoa. A mãe-de-santo afirma que, para além do saber-fazer orientado, é preciso saber cuidar, acolher e consolar. É quando se senta no jogo de búzios que se consegue, ou não, ver o que a pessoa precisa fazer, pedir orientação no problema, se é limpeza, obrigação, bori...

A utilidade das folhas e seus poderes poderia se repetir entre as mães-de-santo, como água de alevante, vassourinha e corona, essas que são utilizadas pelas senhoras tanto para reza, quanto para banhos. Os banhos são acompanhados de rezas, em que “tudo é rezado”. Rita reza para alguns males, para puxar quebrante, dores no corpo, olhado. Para afastar o olhado, utiliza espinho cheiroso. Também, reza com aroeira, guiné e vassourinha. Além das pessoas, rezam-se os barcos, a produção, as canoas, as redes e demais apetrechos de pesca.

**Figura 11** – Vista da roça para a Baía de Todos os Santos.



Fonte: Autora, junho de 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes praticados pelas mães-de-santo, bem como das demais filhas da Terra aqui relatadas enquanto agentes dessas práticas, perpassa, necessariamente, por uma relação direta com a natureza e seus encantados. Assim, as práticas voltadas para a saúde da população pesqueira e quilombola, acrescida à sua dimensão espiritual, está diretamente relacionada ao cuidado e respeito com o território e suas riquezas.

As erva tão na natureza. Tudo que a gente utiliza é partindo da natureza. Tudo se inicia é com a natureza, então a gente tem que cultivar, cultivar a natureza. A gente num vai tá aqui pra agredir a natureza. a gente precisa dela, precisa das erva. A gente tem que proteger a natureza, porque se não a natureza acaba, acaba com a gente também né. Então a gente tem que fazer as coisas que não vai atingir a natureza, coisas que vá proteger. Pra gente ter aquela energia boa, a gente tem que proteger também, cuidar. Pra gente ir pro rio, a gente tem que cuidar do rio, pra depois a gente voltar de novo e continuar tendo aquele lugar pra ir né.

Contudo, nos últimos anos, os desmatamentos têm sido cada vez mais frequentes. Hoje, apesar das constantes ameaças, a população de Conceição permanece indo ao mato, para pegar lenha e algumas frutas, como o cajú, porém, segundo relatos, às escondidas, visto que estão impedidas de acessar determinados espaços do território livremente, por uma manutenção de posse que os invasores e representantes do empreendimento possuem. Em

campo, foram frequentes os relatos acerca das dificuldades de acesso aos rios e matas e as relações de tensão construídas nos últimos anos entre os pescadores quilombolas e os envolvidos na construção dos empreendimentos.

Segundo moradores da comunidade, a Mata da Sapucaia tem sido invadida pelo empreendimento Parque das Margaridas, que foi um dos responsáveis pelo aterramento dos rios e desmatamento da área reivindicada como território ancestral e de uso tradicional pelo quilombo pesqueiro. Os responsáveis pela construção e loteamento desse empreendimento em específico, tem interesse de ocupar toda a área da Mata da Sapucaia que, assim como Manguinho, Pedrinhas, Mata Redonda, Mangueiras de Pequeno e Cajueiro Brabo, também é reivindicado pela população pesqueira e quilombola.

Além do desmatamento, moradores, que preferem que seus nomes não sejam revelados, sinalizaram que os empreendedores têm destruído roças, leiras, equipamentos e casas de pesca. Aqueles que têm suas plantações, casas de pesca e materiais destruídos, por mais de vez, têm apontado para dificuldade em prestar queixa, pois mesmo os mais velhos são desrespeitados pelas autoridades. Além disso, os moradores que moram próximo às matas escutavam serras às 04 da manhã, derrubando as árvores nativas.

Antigamente, as pessoas iam aos rios, porém, devido ao progresso, muitos destes foram aterrados ou mesmo com seus acessos fechados.

Tudo que a gente vai fazer usa rio, hoje não tem mais os rio, acabaram, que tem as história de rio, o rio de fulano, o rio de cicrano... hoje a gente tem que procura lugares mais distante. Os rios tão se acabando, então tamos perdendo, como tão abrindo estrada, mas mesmo nós tinha uma mata boa, onde nós faziamo nossas coisa, mas agora tamo perdendo porque abriu uma estrada imensa e aí vai mais longe que você precisa... nós estamos indo mais longe. Procura cachoeira, descobrindo... a gente tem que descobrir!

No que concerne a saúde da população, isso faz com que as alternativas de cura e saúde ancestrais tornam-se cada vez mais escassas. Algumas folhas já não são encontradas em Conceição, tendo que ser compradas, pois encontrá-las nas matas, em suas formas “verdadeiras”, torna-se cada vez mais difícil. Além disso, com a dificuldade de acesso às matas, para além da redução da feitura dos remédios tradicionais, o acesso ao alimento de qualidade e às folhas verdadeiras é reduzido, o que também se torna prejudicial à saúde da população.

Os relatos das e dos quilombolas de Conceição de Salinas, associados às violências consequentes do desinteresse do Estado em titularizar os territórios quilombolas e ao apagamento epistemológico dos saberes-fazeres tradicionais de saúde, discussões trazidas nos capítulos anteriores deste trabalho, evidenciam que as alternativas e possibilidades nos

saberes e práticas tradicionais voltadas para a saúde são prejudicados. Além disso, com a chegada do “progresso”, de empreendimentos desenvolvimentistas imobiliários, turísticos, náuticos, entre outros, tornam por desmatar a fauna e flora locais, o que também é um fator para o aumento no uso dos remédios industrializados.

Apesar dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988 às comunidades quilombolas – dentre eles saneamento básico, educação diferenciada, saúde, cultura, território, livre circulação e uso da terra – sabemos que diversas situações de vulnerabilidade se fazem presentes em seus cotidianos. Privadas de acesso às políticas públicas, sujeitas a ataques, amedrontamento e constantes violações, as comunidades quilombolas permanecem reivindicando politicamente a efetivação de seus direitos, em especial no que concerne à titulação de seus territórios.

Na intenção de relatar as diferentes maneiras em que são efetivadas as suas práticas de cuidado, com as pessoas e com o território pesqueiro e quilombola, que tem seus modos de fazer e viver perpassados por uma territorialidade de terra e de águas, as Filhas de Conceição, são apontadas como principais detentoras dos saberes-fazeres pela comunidade. Isto posto, o presente trabalho buscou, por meio da agência dos saberes e fazeres das mulheres das águas, evidenciar a importância de se garantir o território ancestral para a continuidade dos saberes e práticas tradicionais de saúde.

Tendo em vista as especificidades que compõem os diferentes territórios quilombolas, no que diz respeito aos seus modos de viver e fazer, sua articulação social e política, sua relação com a natureza e a relação corpo-território de suas/seus integrantes, garantir os direitos fundamentais dessas populações, em especial no que concerne à titularização do território e acesso às políticas públicas específicas, também é cuidar da saúde da população, que tem sido impedida de recorrer a ele e aos seus recursos para seu bem-estar. Porque, se assim como se sem folha não tem Orixá, sem território também não há saúde e não há vida.

Inspirada nas falas das intelectuais e lideranças quilombolas presentes nesse trabalho – reforço a relevância de se pensar, a partir de uma preocupação e valorização da memória ancestral, os ofícios realizados por essas mulheres. Visibilizando e valorizando sua história e cultura, seus saberes e fazeres, colocando-os em disputa epistêmica com os saberes médico-científicos, a fim de abarcar uma maior gama de práticas de saúde e cura, essas entendidas, como referido por Sacramento (2021), enquanto patrimônio imaterial da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas.

Exposto isso, fica evidente a necessidade da efetivação da regularização fundiária do território para fortalecimento das práticas de saúde. Concluimos que a garantia do direito ao

território, espaço sagrado, proporciona a continuidade dos saberes-fazeres tradicionais de saúde, bem como o bem-estar e a manutenção da vida no quilombo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. *In*: LEITÃO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

Boletim Informativo Conhecimentos Tradicionais de Povos e Comunidades do Nordeste do Brasil. Relatório Técnico da visita ao Território tradicionalmente ocupado pela Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas (Salinas da Margarida – BA). n. 2, jan. 2022. Cruz das Almas: EDUFRB, 2022. 46 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/1719>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 05 out., 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República da Bahia. **Procedimento Administrativo nº 1.14.000.002488/2021-00**. Salvador, BA: Ministério Público Federal, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>. Acesso em 19 ago 2022.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília/DF, Fevereiro, 2007. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BUCHILLET, Dominique. “A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde”. *In*: **Medicinas Tradicionais e Medicina Ocidental na Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP. pp. 21-44. 1991.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84, 1 nov. 2007.

DEALDINA, Selma. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, S. Selma (org.) **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. 1ª ed. São Paulo: Jandaíra, 2020, v. I, p. 26-44.

GAIVOTAS. **Salinas: o mar, a lama e a vida**. Salvador: Editora Venture, 2010.



GEOGRAFAR. Relatório Técnico Preliminar – Comunidade Quilombola Pesqueira Conceição de Salinas. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2019. Disponível em: Acesso em:

<[https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/rtid\\_preliminar\\_conceicao\\_final270619.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/rtid_preliminar_conceicao_final270619.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GUIMARÃES, Silvia. Olhares diversos sobre pessoas e corporalidades: os saberes e práticas de terapeutas populares na região do DF e entorno. *In*: SILVA, C.D.; GUIMARÃES, S.M.F. (Orgs.) **Antropologia e saúde**: diálogos indisciplinados. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2017.

IBÁÑEZ-NOVIÓN, Martín Alberto. Os profissionais de saúde de formação tradicional no norte de Minas Gerais. *In*: FLEISCHER, Soraya; SAUTCHUK, Carlos. **Anatomias Populares**: a antropología médica de Martín Alberto Ibanéz-Novión. Brasília: Ed. UnB, 2012.

IBGE. Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19. **IBGE**, 2020. Disponível em: <<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/9556f8bfb3834b86a8cbe907a3cd0d2d/data>>. Acesso em 02 out. 2022.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 5ª ed. Teresina : EdUESPI, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros [1981]. *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas – UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a. p. 222-226.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra [1985]. *In*: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018b. p. 273-294.

NASCIMENTO, Rosânia do. “Conceição de Salinas tem muito a dizer ao Brasil”: gestão, autonomia, rede e luta do Quilombo Pesqueiro frente a pandemia da Sars Cov-2. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1–38, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/40953>>. Acesso em: 02 out. 2022.

NOGUEIRA, Guilherme Dantas; AZEVEDO, Maria Marcelina C. T. de; DIÉNE, Aisha A. L. Tradição afroreligiosa brasileira sob a releitura de iniciadas/os. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/41372>>. Acesso em: 27 set. 2022.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural - Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos)

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. “Direitos quilombolas: Trinta anos de um ato constitucional”. In: XAVIER, Lúcia de O.; AVILA, Carlos F. D.; FONSECA, Vicente (Org.). **Direitos Humanos, Cidadania e Violência no Brasil: estudos interdisciplinares**. Brasília: Editora CRV Ltda. 2018. Pg. 101-126.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. Escravizados, negros e quilombolas: Reflexões a respeito da “política” de saúde. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1–36, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/40946>>. Acesso em: 03 out. 2022.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas-BA**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2021. 255p.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. REIS DA SILVA, Ana Tereza. ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, n. 1, p. 129-138, 6 out. 2019.

SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Ayô, 2ª edição, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: <<https://piseagrama.org/somos-da-terra/>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SANTOS, Eduardo Rodrigues. Necropolítica, coronavírus e o caso das comunidades quilombolas brasileiras. **Revista do CEAM**, v. 6, n. 1, p. 114-124, 25 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3957210>. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/31856>>. Acesso em: 03 out. 2022.

SILVA, Givânia Maria. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S. Selma (org.) **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. 1ª ed. São Paulo: Jandaíra, 2020, v. I, p. 52-58.

SILVA, Givânia Maria da. SOUZA, Bárbara Oliveira. Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. **Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)**, n. 26, p. 85-91, março de 2021. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10529/1/BAPI\\_26\\_QuilombosLuta.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10529/1/BAPI_26_QuilombosLuta.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2022.

SIMAS, Luiz Antonio. **Santos de Casa: fé, crenças e festas de cada dia**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

STEVANIM, Luiz Felipe. “A Covid mostrou a realidade” Entrevista com Givânia da Silva. Radis Comunicação e Saúde, 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-covid-mostrou-a-realidade>. Acesso em: 03 ago 2022.

UNFPA Brasil. Quilombolas no Censo Demográfico. Youtube, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btcvf5iDkyc&list=WL&index=6&t=338s>>. Acesso em: 02 out. 2022.

### Podcasts

**QUILOMBO CONCEIÇÃO:** terra, água, vida e território. “#Ep.1 Quilombo Conceição, uma comunidade pesqueira e quilombola”. Entrevistados: vários/as. Entrevistadora: Associação de Pescadores/as Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas. Junho de 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7f2q5UIwTidFhsmiJbLjaJ?si=f5e4f14866ff4559>>.